

CORREIOS DE CABO VERDE

Relatório & Contas 2013

Maio 2014

**Índice**

Órgãos Sociais.....	3
Direcções e Rede Comercial.....	4
1. Considerações Gerais	5
1.1. Conjuntura Internacional.....	5
1.2. Conjuntura Nacional	5
1.3. Reflexo das Conjunturas Internacional e Nacional nos Negócios.....	6
2. Negócios	6
2.1. Sector Postal	6
2.1.1. Correspondências	6
2.1.2. Encomendas	9
2.1.3. EMS – (Correio Urgente)	11
2.2. Filatelia.....	13
2.3. Serviços Financeiros	13
2.4. Prestação de serviços a terceiros	14
3. Desenvolvimento do negócio	14
4. Suporte ao Negócio	15
5. Recursos Humanos.....	15
6. Análise Económica e Financeira	16
7. Eventos Subsequentes.....	23
8. Perspectivas Futuras	23
9. Agradecimentos	24
10. Proposta de aplicação de resultados	25
11. Anexos.....	26
11.1. Demonstrações Financeiras	26
11.1.1. Balanços.....	26
11.1.2. Demonstrações de Resultados	27
11.1.3. Demonstração de Alterações de Capital Próprio	28
11.1.4. Demonstrações de Fluxos de Caixa	29
11.2. Anexo às Demonstrações Financeiras	30



Órgãos Sociais

Assembleia-geral:

Dr. Oliver Melo Araújo – Representante do Estado na Assembleia-geral.

Conselho de Administração:

Dra. Alita Gomes Dias – Presidente do Conselho de Administração

Dr. Cipriano Semedo Soares de Carvalho – Administrador Executivo

Dr. José Carlos Ramos Cunha – Administrador Executivo

Fiscal Único:

PricewaterhouseCoopers& Associados -SROC, Lda., representada por Dr. José Pereira Alves



Direcções e Rede Comercial

DIRECÇÕES

1. Unidade de Gestão Financeira: Dr.^a Eunice Barbosa
2. Unidade de Recursos Humanos: Dr. Alirio Barros
3. Unidade de Rede Postal: Dr. Adelino Silva
4. Gabinete de Planeamento e Controlo: Dr. Amândio Barbosa Vicente
5. Unidade de Serviços Informáticos e de Comunicação: Eng^oPaulo Silva

CHEFIAS DAS AGÊNCIAS

1. Plateau: DulfianoKeitaFernandes
2. Fazenda: Mário Carvalho
3. A.S..A.: Maria Augusta Amado
4. S. Domingos: Luís Artur
5. Órgãos: Eunice Santos
6. Picos: Fernando Avelino
7. Assomada: Luís Boaventura S. Pina
8. Achada Falcão: Luís Artur Tavares Correia
9. Tarrafal de Santiago: João Francisco Vaz
10. Calheta de S. Miguel: Alcides Levy
11. Pedra Badejo: Águeda Landim
12. Cidade Velha: António Pedro Borges
13. Maio: Gracinda Tavares Duarte
14. Sal Rei: Oscar Nascimento
15. João Galego: António Rafael
16. Mindelo: Fredson do Rosario
17. R. Bote: Lucindo Dias de Pina
18. Monte Sossego: Filipa Machado
19. Porto Novo: Francisco Xavier
20. Paul: Carla Onorina
21. Ponta do Sol: Nelsa Dias
22. Ribeira Grande: Silvéria Morais
23. Cuculi: Linda Maria Vitoria
24. Tarrafal SNicolau: Vanusa Vieira
25. Ribeira Brava: Isabel do Rosário
26. Espargos: José Ramalho
27. Santa Maria: Conceição Cruz
28. S Filipe: Joaquina Pina
29. Cova Figueira: José António Abreu
30. Mosteiros: António Anilton Pires
31. S. Jorge: Manuel Rocha Lopes
32. Nova Sintra: Boaventura Vicente
33. Nossa Sra. do Monte: Joaquim L.Nunes



1. Considerações Gerais

1.1. Conjuntura Internacional

Segundo o relatório de 2013 do Banco de Cabo Verde, houve alguns sinais de recuperação da Zona Euro, sendo que as estatísticas disponíveis sugerem uma desaceleração do crescimento global ao longo de 2013, induzida, nos meses mais recentes, pelo desempenho menos favorável das economias emergentes. O ritmo de crescimento das economias emergentes tem abrandado, não só devido à redução da procura por parte das economias avançadas, mas também devido à persistência de fragilidades internas de carácter estrutural que condicionam a sua capacidade produtiva (fraquezas institucionais e regulamentares, parque infra-estrutural inadequado). Na perspectiva do Fundo Monetário Internacional (FMI), as consequências no sistema financeiro da política de estímulo económico implementada a partir de 2009, bem como o processo de phasing out da mesma política, explicam a menor dinâmica das economias emergentes.

No caso das economias avançadas, não obstante alguns sinais de recuperação, as estatísticas disponíveis sugerem um agravamento da situação económica nos EUA e na Zona Euro, na primeira metade do ano. As restrições orçamentais nos EUA, em resultado, por um lado, da política orçamental em curso e, por outro, de algum diferendo político no que concerne ao limite de endividamento do Governo Federal, têm condicionado o crescimento da maior economia mundial, ao longo de 2013.

De acordo com o Bureau of Economic Analysis, o ritmo de crescimento dos EUA abrandou na primeira metade do ano, comparativamente ao mesmo período do ano anterior (em termos homólogos, de 3,1 para 1,5 por cento), devido, sobretudo, aos impactos directos e indirectos, no consumo e no investimento privados, da redução dos gastos dos governos federais, estatais e locais.

Contrariamente à política orçamental, a política monetária manteve-se excepcionalmente acomodaticia. O Federal Reserve, além de manter a sua taxa de juro perto de zero por cento, prosseguiu a sua política de Quantitative Easing 3 (que consiste na aquisição mensal de cerca de 45 mil milhões de USD em títulos do Tesouro e de 40 mil milhões de USD em colaterais de empréstimos hipotecários), sustentando, assim, a recuperação dos investimentos imobiliários, o aumento do rendimento disponível das famílias e o aumento das taxas de juro das operações bancárias”.

1.2. Conjuntura Nacional

Segundo o relatório de 2013 do Banco de Cabo Verde, “os desenvolvimentos económicos e financeiros do país continuam, em larga medida, condicionados pelo contexto internacional persistentemente desfavorável. Dado o elevado grau de dependência financeira da Zona Euro, a economia nacional tem sido particularmente afectada pelos impactos da crise da dívida soberana da Europa e consequente double dip da economia dos principais parceiros do país, desde o início da crise financeira global. Neste contexto em que o enquadramento externo da economia permanece adverso, as perspectivas de evolução da actividade económica continuam pouco favoráveis. Os indicadores de conjuntura sugerem um contínuo abrandamento da dinâmica económica ao longo dos primeiros nove meses de 2013, também influenciado pela deterioração da confiança dos agentes económicos e do balanço do sistema bancário. Entretanto, a degradação das condições de financiamento do sector privado (reflexo



tanto da situação dos mercados financeiros na Europa como, internamente, do agravamento dos riscos à estabilidade financeira), aliada à contenção dos gastos públicos (crescimento moderado das despesas de funcionamento e redução das despesas de investimento), contribuiu para uma significativa diminuição do estrutural desequilíbrio externo da economia e para a mitigação das pressões inflacionistas”.

1.3. Reflexo das Conjunturas Internacional e Nacional nos Negócios

À semelhança do ano de 2012, o sector postal, em 2013 foi influenciado negativamente pela conjuntura nacional e internacional desfavoráveis, a qual teve o reflexo negativo no negócio da Empresa, com realce para a queda nos negócios ligados ao turismo, designadamente nas ilhas de Boa Vista e Sal.

2. Negócios

Os negócios dos Correios de Cabo Verde estão segregados em:

- serviços postais (46% do total),
- serviços financeiros (10% do total)
- prestação de serviços a terceiros (24% do total) e
- Participações financeiras (20% do total).

No ano económico de 2013, os rendimentos totais atingiram o montante de 307.132contos, contra 300.573contos de 2012, traduzindo um aumento de aproximadamente 2,2%.

2.1. Sector Postal

Em 2013, foram distribuídos 567.433 objectos, sendo:

- No domicílio – 157.747 objectos (28%);
- No apartado – 273.502 objectos (48%);
- No balcão – 116.891 objectos (21%);
- Por outras vias – 19.293 (3%)

Em 2013, o tráfego geral dos objectos foi de 889.999 objectos, contra 11.139.895 objectos, em 2012, registando uma diminuição de 21,9%.

Este mesmo tráfego, avaliado em termos de peso, situou-se nas 163,8 toneladas, contra 205,6 toneladas, no período anterior, portanto uma quebra de 20%.

2.1.1. Correspondências

O tráfego geral dos objectos de correspondências foi de 857.751 objectos que comparado com o ano anterior (1.107.393 objectos) diminuiu 22,5%.

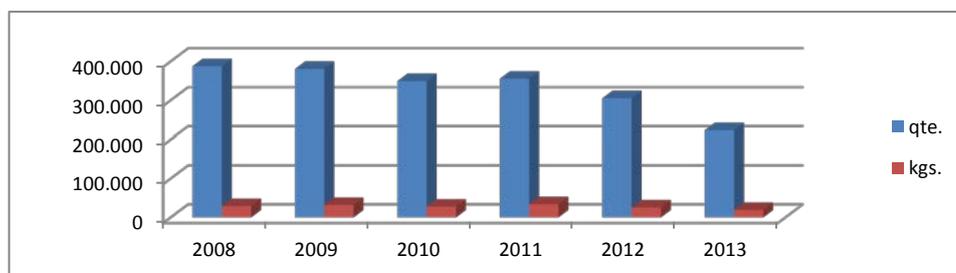
Esse mesmo tráfego avaliado em termos de peso, atingiu 96,8 toneladas, em 2013, contra 129 toneladas, menos 25%, face ao ano de 2012.



Os quadros abaixo indicam as estatísticas das correspondências nacionais e internacionais de 2008 a 2013:

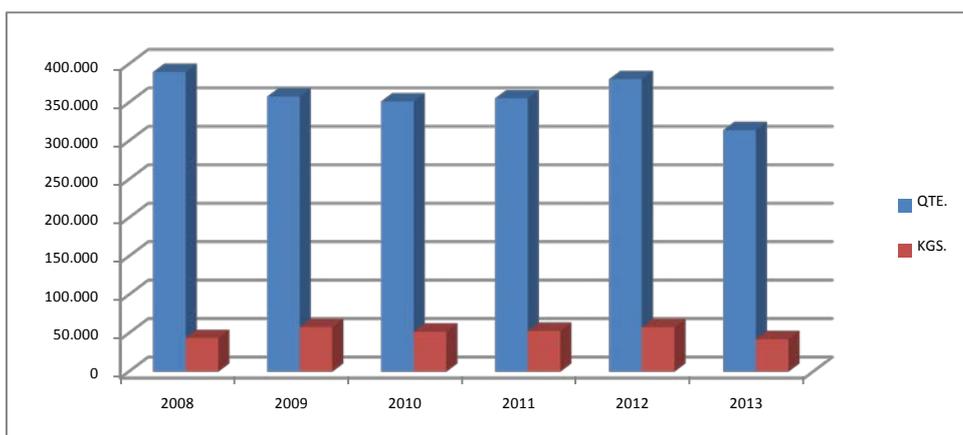
Correspondências Nacionais – 2008 a 2013

Anos	QTE.	PESO
2008	387.778	29,2
2009	380.810	32,2
2010	349.569	28,0
2011	355.695	34,2
2012	305.200	25,7
2013	223.406	19,2



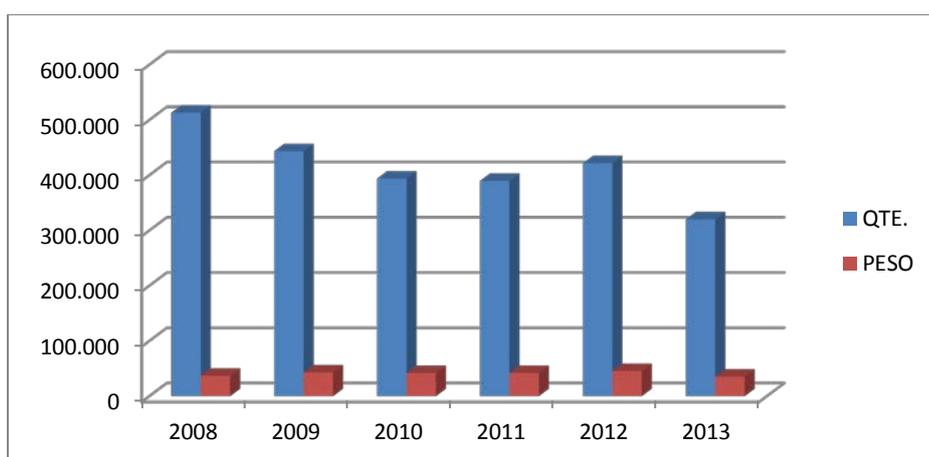
Correspondências Internacionais Recebidas

Anos	QTE.	PESO
2008	389.733	43,8
2009	357.812	58,0
2010	351.525	52,0
2011	355.601	53,0
2012	380.493	57,8
2013	314.195	42,2



Correspondências Internacionais Expedidas

Anos	QTE.	PESO
2008	513.176	36,9
2009	443.536	42,9
2010	394.017	41,7
2011	389.741	42,1
2012	421.700	45,5
2013	320.150	35,4





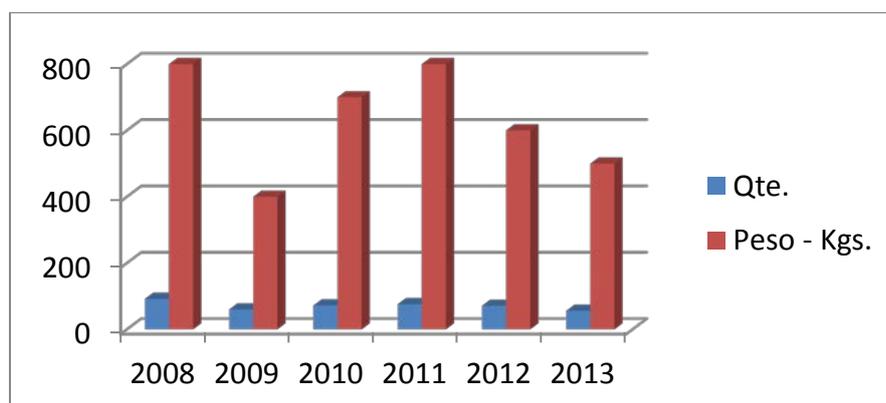
2.1.2. Encomendas

Em 2013, o tráfego geral das encomendas postais foi de 11.023 objectos, contra 10.674 objectos, registados no período anterior, traduzindo um aumento de 3%.

Os quadros abaixo indicam as estatísticas das encomendas nacionais e internacionais de 2008 a 2013:

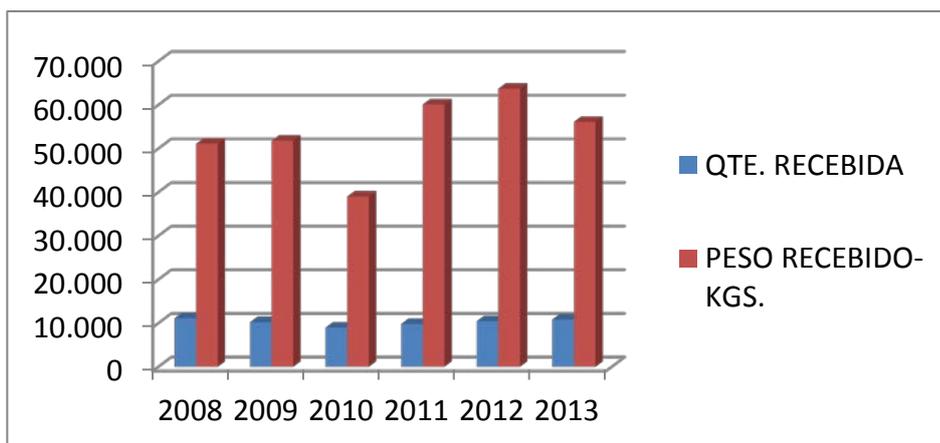
Encomendas Nacionais

Anos	Quantidade	Peso – ton.
2008	92	0,8
2009	60	0,4
2010	72	0,7
2011	76	0,8
2012	71	0,6
2013	56	0,5



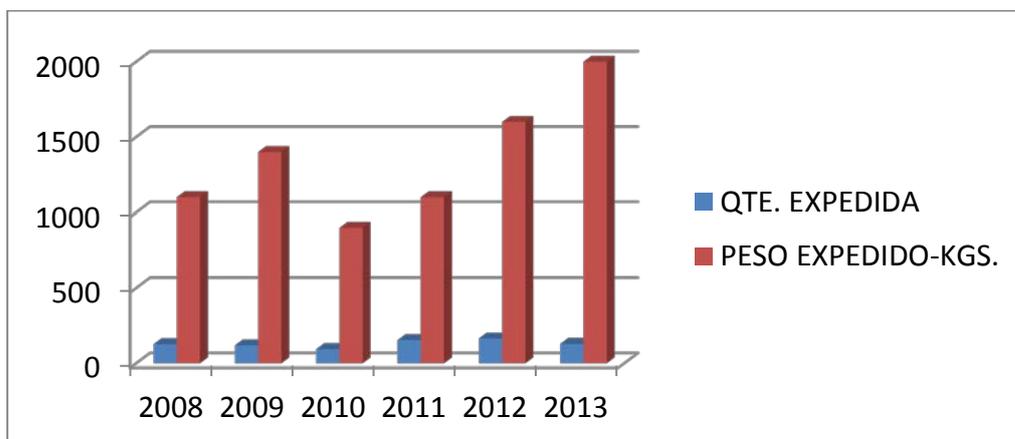
Encomendas Internacionais Recebidas

Anos	QTE.	PESO
2008	11.126	51,1
2009	10.217	51,8
2010	8.975	39,0
2011	9.801	60,1
2012	10.438	63,7
2013	10.838	56,1



Encomendas Internacionais Expedidas

Anos	QTE.	PESO
2008	127	1,1
2009	119	1,4
2010	94	0,9
2011	154	1,1
2012	165	1,6
2013	129	2





2.1.3. EMS – (Correio Urgente)

E.M.S. – quantidade

Em 2013, o tráfego geral do E.M.S. foi de 21.225 objectos, sendo 16.426 objectos nacionais, 2.567 objectos recebidos do estrangeiro e 2.232 objectos enviados ao estrangeiro.

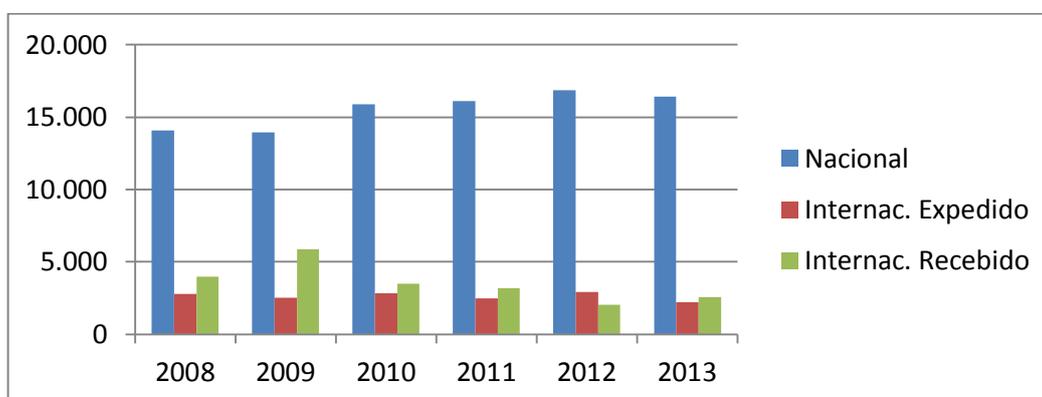
Analisando os dados estatísticos, conclui-se que de 2012 a 2013 houve:

- A nível nacional uma diminuição de 2,6%, sendo que as variações ao longo dos anos tem sido sempre de crescimento;
- A nível do correio expedido para o estrangeiro uma diminuição de 23,6%;
- A nível do correio recebido do estrangeiro um aumento de 26,8%.

O quadro a seguir indica as estatísticas da quantidade do E.M.S. nacionais e internacionais de 2008 a 2013:

E.M.S. - quantidade

Anos	NACIONAL	Internacional Expedido	Internacional Recebido
2008	14.085	2.778	3.998
2009	13.946	2.514	5.885
2010	15.875	2.850	3.493
2011	16.097	2.498	3.185
2012	16.880	2.924	2.024
2013	16.426	2.232	2.567



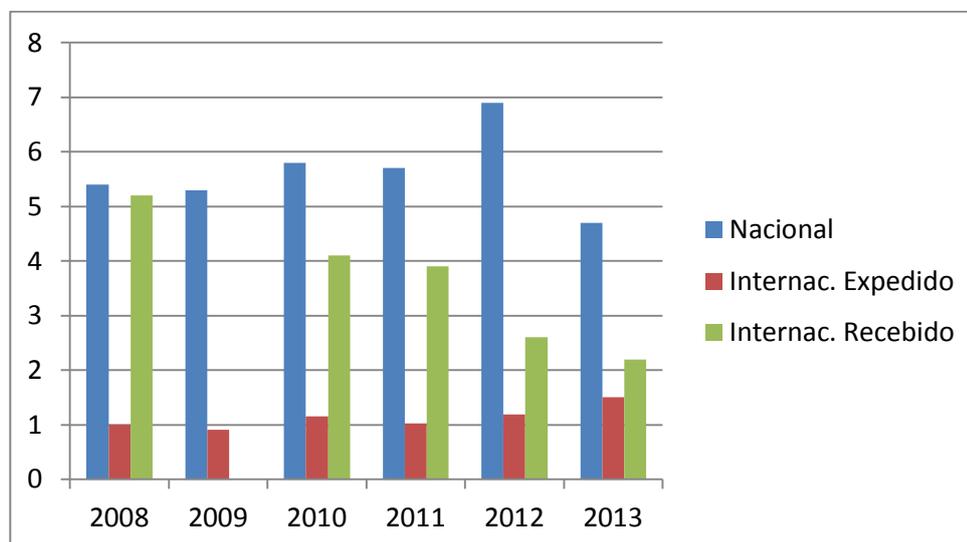
**E.M.S. – peso em tonelada**

Em 2013, E.M.S. em termos de peso foi de 8,4 toneladas, sendo 4,7 toneladas de objectos nacionais, 2,2 toneladas de objectos recebidos do estrangeiro e 1,5 toneladas enviados ao estrangeiro.

O quadro a seguir indica as estatísticas de peso do E.M.S. nacionais e internacionais de 2008 a 2013:

E.M.S. – peso em tonelada

	NACIONAL	Internacional Expedida	Internacional Recebido
2008	5,4	1,00	5,2
2009	5,3	0,91	7,6
2010	5,8	1,15	4,1
2011	5,7	1,02	3,9
2012	6,9	1,19	2,6
2013	4,7	1,5	2,2





2.2. Filatelia

As actividades filatélicas em 2013 em termos de rendimentos atingiram o valor de 3.498 contos, que comparado com os valores de 2012 (2.685 contos) confere um crescimento de 30%.

É de salientar que a actividade filatélica, apesar da sua fraca expressão no contexto das receitas da empresa, continua a ser uma área com bastante visibilidade para os Correios de Cabo Verde, através de emissões de selos.

Em 2013, foram registadas três emissões de selos com os seguintes temas:

1. **Homenagem ao Padre Campos** – um destacado homem de obra religiosa
2. **Brasiliana 2013** – Lançamento no Rio de Janeiro na Exposição Filatélica Mundial
3. **50º Aniversário da OUA**

2.3. Serviços Financeiros

Vales nacionais

Os vales nacionais atingiram, em 2013, o valor de 77.595 contos (11.996 vales), contra 99.095 contos (12.256 vales), em 2012, registando-se uma redução de 22%.

Money Express

Os pagamentos, em 2013, foram de 640.481 contos (25.167 transacções), face aos 517.198 contos (17.307 transacções) de 2012, traduzindo um aumento de 24%.

Eurogiro

No que refere ao pagamento, em 2013 registou-se o valor de 69.434 contos (2.482 transacções) contra o valor de 73.711 contos (3105 transacções), de 2012, registando-se uma diminuição de 6%.

TMO

Em 2013, foi emitido o valor de 91.296 contos (3.659 transacções) contra 107.945 contos (4.556 transacções) de 2012, registando-se uma diminuição de 15%. No que se refere aos pagamentos, em 2013 foram de 53.954 contos (2.979 transacções), contra 75.939 contos (3.476 transacções) de 2012, traduzindo uma diminuição de 29%.

MONEY GRAM

Em 2013, foram emitidos 249.959 contos (9.871 transacções), face aos 91.055 contos (2.769 transacções) de 2012, traduzindo um aumento de 175%. Os pagamentos ocorridos em 2013 foram de 992.609 contos (40.578 transacções), face aos 713.359 contos (10.880 transacções) de 2012, reflectindo um aumento de 39%.

**MONEY EXCHANGE**

Os pagamentos ocorridos, em 2013, totalizaram o valor de 197.648 contos (6.150 transacções), face aos 153.189 contos (4.042 transacções) de 2012, registando-se um aumento de 29%.

2.4. Prestação de serviços a terceiros

Como se pode constatar no quadro abaixo, os rendimentos de serviços a terceiros tem vindo a diminuir de 2007 a 2012, justificada pela rescisão de alguns contratos, nomeadamente CECV, CGD (pagamentos de pensões) e redução de serviços prestados à CV Telecom. Porém, em 2013, esses rendimentos atingiram o montante de 68.034 contos, face aos 67.928 contos em 2012, significando uma evolução estacionária.

Prestação Serviços a Terceiros	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ %13/12
Comissões de Venda de Phone Card	656	821	933	816	684	732	676	-8%
Comissões na Cobrança de Facturas	45.545	45.444	39.065	35.944	30.079	29.045	25.211	-13%
Comissões venda cartões grillo	4.463	3.711	3.057	2.188	1.639	1.767	2.194	24%
Outras comissões - Telecom	621	620	620	1.192	1.225	936	796	-15%
Novo Banco	-	-	-	-	-	399	1.414	254%
Ser. Prestados CECV	20.173	14.962	13.108	10.386	8.579	8.277	8.694	5%
Serv. Prestados a Garantia	2.991	2.526	1.731	1.739	1.812	1.583	1.722	9%
Serv. Prestados a Electra	2.117	1.164	1.294	1.384	1.169	480	547	14%
Serv. Prestados as Finanças	10.068	12.934	21.496	22.038	21.722	20.626	20.255	-2%
Comissão venda valores fiscais	1.126	1.199	32	-	-	-	-	
Cobrança Imposto Finanças	532	670	1.040	1.476	962	984	767	-22%
Serv. Prestados INPS	4.963	4.278	4.010	3.779	1.733	-	-	
D. geral das Alfandegas	1.578	2.186	1.809	1.811	1.971	2.041	2.118	4%
CGD	12.780	12.317	12.216	12.027	2.097	666	724	9%
Fundo Aut.Man.Rodoviária	-	-	-	92	201	291	2.828	872%
Outros	159	147	103	71	95	101	88	-13%
Total	107.772	102.979	100.514	94.943	73.968	67.928	68.034	0%

3. Desenvolvimento do negócio

De entre as várias actividades realizadas em 2013, com o intuito de promover e alavancar os serviços, destacam-se as seguintes:

1. Novos produtos e Serviços

- Serviço de Estafeta urbano “Entrega na Hora”, cujo lançamento comercial em produção será feito durante este semestre.
- Serviço de Recolha e Entrega ao Domicilio já em comercialização
- Serviço de Objecto Segurado – destinado a cobrir riscos de danos e extravios de objectos com valor declarado, a ser lançado brevemente.
- Serviço de Mala M destinado ao envio agrupado de correspondências.



2. Divulgação e Promoção dos Serviços e da Marca Correios

- Realização da Feira dos Correios
- Campanha de divulgação institucional e promoção dos serviços já disponibilizados pelos Correios
- Realização de uma campanha conjunta Correios/ Moneygram
- Acção de Activação de Marca durante o Natal
- Participação na Feira Filatélica Mundial – Brasiliana 2013

4. Suporte ao Negócio

As tecnologias de informação foram desenvolvidas tendo em conta dois aspectos essenciais: responder às necessidades do negócio com melhorias na infra-estrutura tecnológica e aplicacional e preparação para o desenvolvimento de novas soluções, visando a melhoria nos serviços prestados pela empresa.

Assim, de ressaltar as actividades levadas a cabo, como sendo as relacionadas com (1) Infra-estruturas de redes – Rede WAN Corporativa e Redes locais de Agências, (2) Comunicações – Sistemas de comunicações de voz e imagem, (3) Sistemas de suporte ao negócio - Sistema de suporte aos processos das Unidades Orgânicas e Unidades Funcionais e (4) Sistemas Correios – Actividades inerentes aos Sistemas que suportem o core business.

5. Recursos Humanos

Durante o ano 2013, os Correios de Cabo Verde detinham 212 colaboradores distribuídos em 21 empregadas de serviços gerais, 5 contínuos, 3 guardas, 5 motoristas, 21 carteiros, 40 técnicos auxiliares de exploração, 2 técnicos administrativos, 45 técnicos de exploração, 2 assistentes administrativos, 8 assistentes de exploração, 7 bacharéis, 12 licenciados, 2 post graduados e 39 colaboradores de diversas categorias contratados por tempo determinado.

Mais de metade dos colaboradores está concentrada nas faixas etárias entre os 40 e 55 anos, correspondendo a 52% da mão-de-obra.

Registou-se uma diminuição de nove efectivos, quando comparado com o ano de 2012 (221 empregados).

Durante o ano 2013, foi admitido 1 colaborador e saíram 9 colaboradores, dos quais 5 por motivo de reforma, 3 por despedimento e 1 por rescisão do contrato.

Ainda em 2013, participaram nas acções de formação no país, 5 quadros superiores, 32 quadros de exploração e carteiros. No exterior, participaram 2 quadros superiores e 2 quadros de exploração.

No âmbito do apoio social, a empresa continuou a beneficiar os colaboradores com apoio médico, na cidade da Praia, e empréstimos para o atendimento de necessidades urgentes e de apoio à formação.

Foram acolhidos 5 estagiários de diversas universidades e institutos de formação, durante o ano de 2013.



6. Análise Económica e Financeira

6.1. Situação Económica

Resultados

Os Correios de Cabo Verde, encerraram o exercício económico de 2013 com um resultado líquido negativo de 74.874 contos, contra o montante de 95.628 contos negativos do ano anterior, o que representa uma recuperação de 22% (20.754 contos), face ao ano de 2012.

O resultado antes das depreciações (EBITDA) atingiu o valor de 51.853 contos negativos contra o valor de m ESC 74.923 negativos do ano anterior, representando uma evolução positiva de 31% (23.030 contos).

O resultado operacional, em 2013, foi de 84.182 contos negativos, contra 106.619 contos negativos, em 2012, o que traduz uma recuperação de 21% (22.437 contos).

Esta melhoria do resultado ficou a dever-se ao aumento dos rendimentos e ganhos globais, no valor de m 6.559 contos (2,18%), conjugado com a diminuição dos gastos totais, no valor de 17.473 contos (5%), quando comparado com o período homólogo.

É de destacar os ganhos alcançados das empresas associadas, no valor de 6.811 contos, respeitantes à quota – parte nos resultados, que contribuíram de forma positiva para os resultados da empresa, sendo 30.876 contos, referentes a ganhos com a Caixa Económica de Cabo verde e 24.065 contos referentes a perdas com o Novo Banco.

No quadro seguinte estão representados a evolução dos resultados dos últimos três anos, com valores expressos em contos.



RUBRICAS	2013	2012	2011	Δ 13/12	Δ% 13/12
Vendas e Prestações de serviços	236 569	232 420	239 789	4 149	1,79
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	6 811	(18 239)	40 767	25 050	-137,34
Subcontratos	(9 185)	(19 568)	(27 431)	10 383	-53,06
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	(12 063)	(11 011)	(13 146)	(1 052)	9,55
Resultado operacional bruto	222 133	183 602	239 979	38 531	20,99
Fornecimentos e serviços externos	(67 629)	(59 765)	(69 215)	(7 864)	13,16
Valor acrescentado bruto	154 504	123 837	170 764	30 667	24,76
Gastos com o pessoal	(223 253)	(226 763)	(233 552)	3 510	-1,55
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	(1 563)			(1 563)	
Aumentos/reduções de justo valor	(4 261)	(1 454)	1 588	(2 807)	193,05
Outros rendimentos e ganhos	30 176	38 800	52 641	(8 624)	-22,23
Outros gastos e perdas	(7 456)	(9 343)	(7 367)	1 887	-20,20
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos	(51 853)	(74 923)	(15 926)	23 070	-30,79
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	(32 329)	(31 696)	(40 332)	(633)	2,00
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)	(84 182)	(106 619)	(56 258)	22 437	-21,04
Juros e ganhos similares Obtidos	9 508	11 387	13 160	(1 879)	-16,50
Juros e perdas similares suportados	(200)	(396)	(579)	196	-49,49
Resultado antes de Impostos	(74 874)	(95 628)	(43 677)	20 754	-21,70
Imposto sobre o rendimento do período		-	-		
Resultado líquido do período	(74 874)	(95 628)	(43 677)	20 754	-21,70

Rendimentos e Ganhos

Os rendimentos e ganhos apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

Rendimentos e Ganhos	2013	2012	Δ 13/12	Δ% 13/12
Vendas de Produtos	9.798	8.473	1.325	16%
Serviços Correios	125.641	124.286	1.355	1%
Vales Postais/Transferências	28.220	25.818	2.402	9%
Serviços Telefónicos	4.878	5.916	-1.038	-18%
Serviços de Terceiros	68.034	67.927	107	0%
Rendimentos Suplementares	15.659	15.472	187	1%
Rendimentos nos Investimentos Financeiros	38.738	38.479	259	1%
Outros Rendimentos	6.655	2.815	3.840	136%
Ganhos de financiamento	9.509	11.387	-1.878	-16%
Total	307.132	300.573	6.559	2%

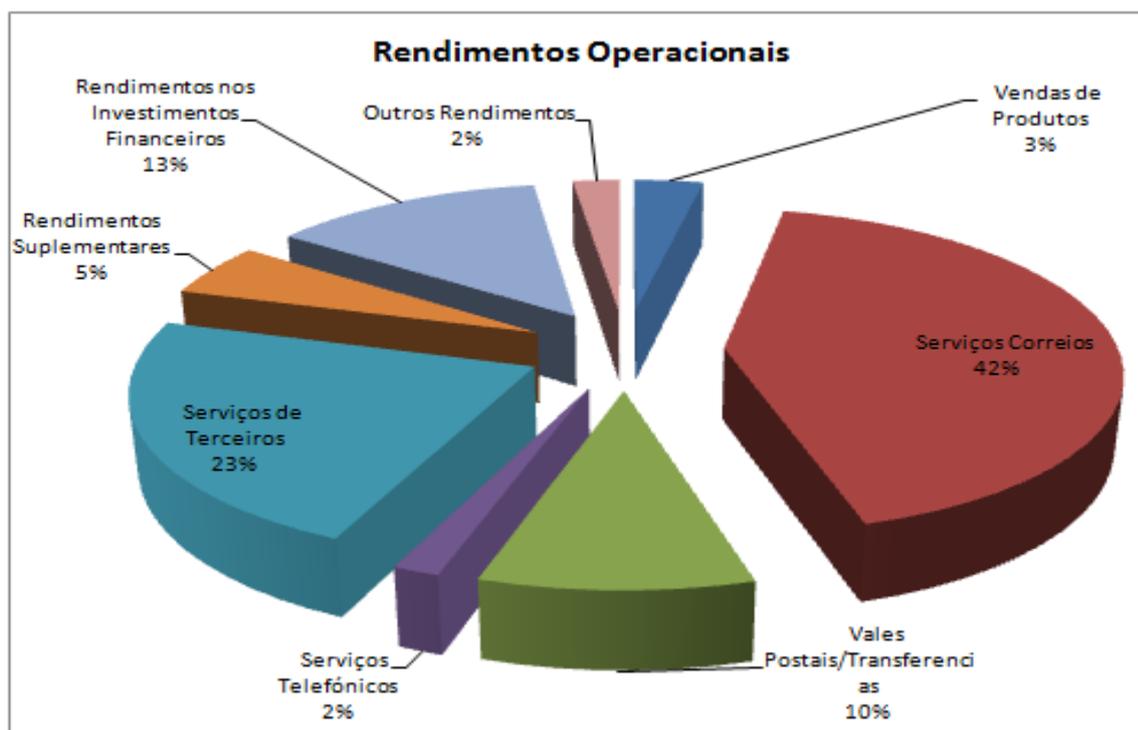
Os rendimentos e ganhos globais que aumentaram 2%, face ao período homólogo, deveu-se, essencialmente, ao incremento de vendas de produtos (16%), serviço de transferências de dinheiro (9%) e outros rendimentos (136%), contribuindo para que os rendimentos operacionais atingissem o montante de 297.623 contos, mais 3%, comparativamente a 2012.



É de registar que em 2013, todas as rubricas que compõem os rendimentos e ganhos aumentaram, face ao ano de 2012, exceptuando as rubricas de serviços telefónicos e de ganhos de financiamento que sofreram decréscimos de 1.038 contos e 1.878 contos, respectivamente.

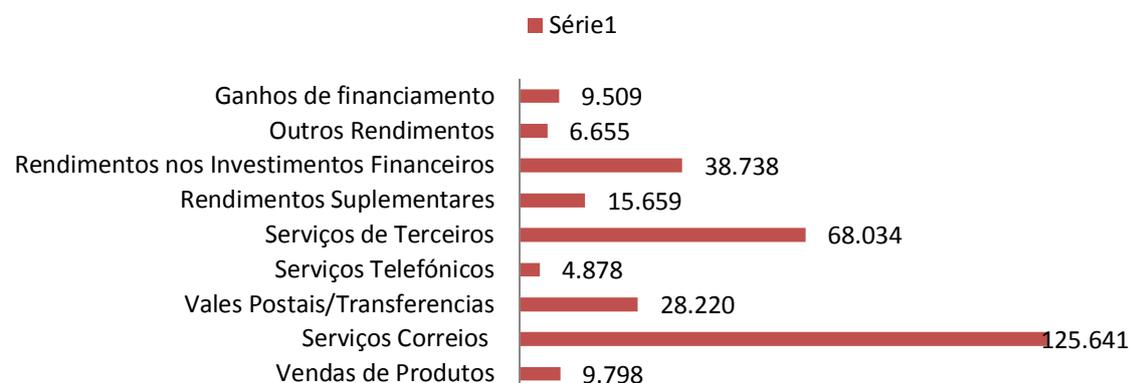
Ainda, importa referir que no quadro de rendimentos e ganhos acima, estão reflectidos os ganhos no valor de 30.876 contos, respeitante à quota-parte dos resultados da participação na Caixa Económica de Cabo Verde mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Os gráficos abaixo, espelham o peso dos rendimentos das rubricas que compõe os rendimentos e ganhos.





Rendimentos e Ganhos Valor em contos



É de destacar que os rendimentos provenientes dos serviços dos correios continuam sendo aqueles que mais contribuem para o volume de negócio da empresa, tendo revelado, em 2013, 42% dos rendimentos operacionais, mais 1% face ao ano anterior.

Importa referir a significativa dependência da empresa em relação aos rendimentos provenientes de serviços a terceiros e de investimentos financeiros que representam 36% dos rendimentos operacionais.

Gastos e Perdas

Os Gastos e Perdas apresentam a seguinte composição de acordo com a sua natureza:

Gastos e perdas	2013	2012	Δ 13/12	Δ% 13/12
Gastos mercad. Mat. Consumo	12.063	11.011	1.052	10%
Subcontratos	9.185	19.568	-10.383	-53%
Fornecimentos e Serviços Externos	67.629	59.765	7.864	13%
Gastos com o Pessoal	223.253	226.763	-3.510	-2%
Gastos de Depreciação	32.329	31.696	633	2%
Perdas por imparidade	1.563		1.563	
Gastos por redução de justo valor	4.261	1.454	2.807	193%
Gastos em sub. associadas	24.065	36.204	-12.139	-34%
Outros Gastos e Perdas	7.456	9.343	-1.887	-20%
Perdas de financiamento	200	396	-196	-49%
Total	382.004	396.201	-14.197	-4%

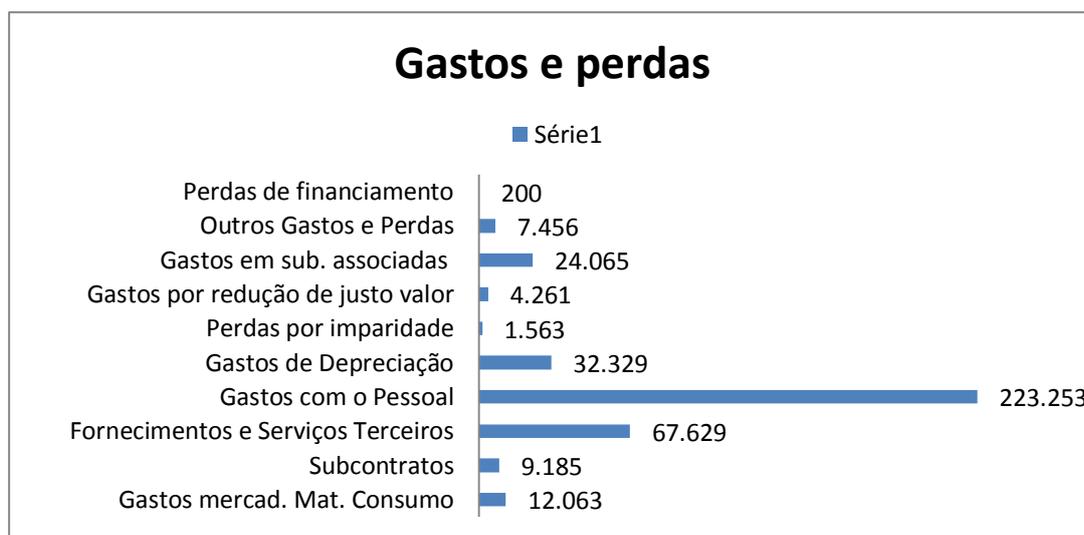
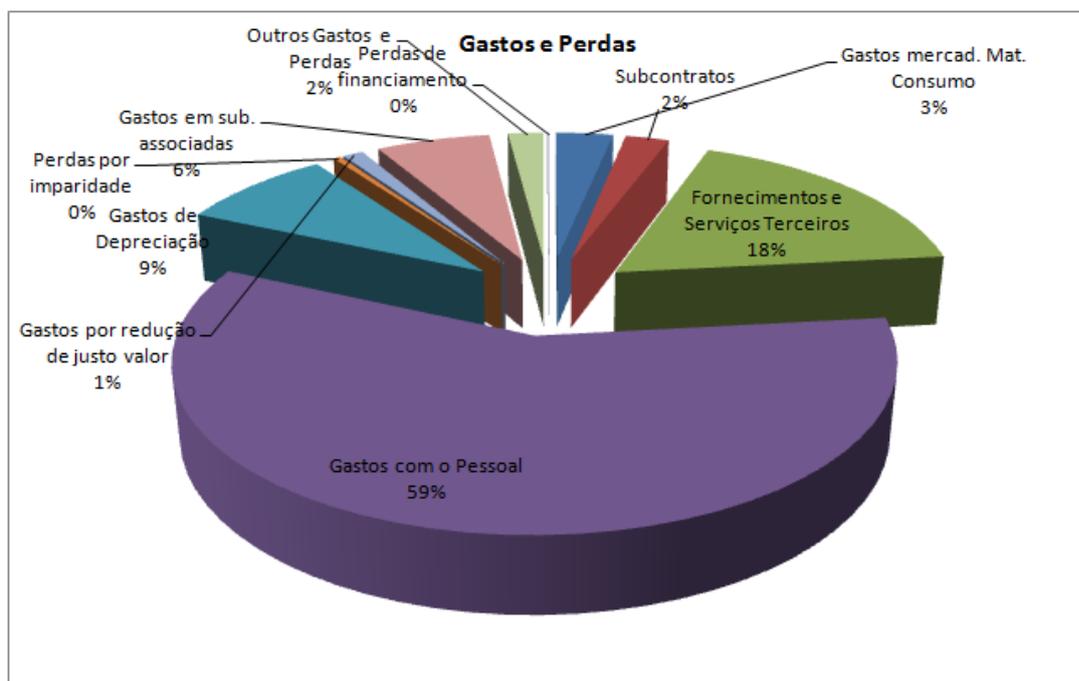
Os Gastos e Perdas totais, em 2013, atingiram o valor de 382.004 contos, face aos 396.201 contos de 2012, registando uma diminuição de 14.197 contos (4%). Houve um decréscimo de forma generalizada em todas as rubricas que compõe os gastos e perdas, com a excepção das rubricas de gastos e mercadorias vendidas e matérias consumidas, fornecimento e serviços externos e dos gastos por redução de justo valor das acções da Sociedade Caboverdiana de



Tabacos (4.261 contos), que traduziu um aumento de 2.807 contos, mais 193%, face ao ano anterior.

De salientar que no quadro dos gastos e perdas acima, estão reflectidas as perdas no valor de 24.065 contos, respeitante à quota-parte dos resultados da participação no Novo Banco mensurada pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Os gráficos abaixo apresentados ilustram o peso de cada componente na estrutura dos gastos em 2013, realçando o peso dos gastos com o pessoal com 59%.



**6.2. Situação Financeira e Patrimonial****Balances**

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011	2013	2012	2011	Δ 13/12	
(Valores Expressos em milhares de Escudos)	Valores	Valores	Valores	Valores	%
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	267.134	289.566	278.849	-22.432	-7,75
Activos intangíveis	6.158	6.276	6.276	(118)	-1,88
Participações financeiras - MEP	614.524	607.713	582.563	6.811	1,12
Participações financeiras — outros métodos	41.112	45.373	46.827	(4 261)	-9,39
Outras contas a receber	1.150	1.500	1.810	(350)	-23,33
Outros activos financeiros		4.174	6.882	(4 174)	-100,00
Total do activo não corrente	930.078	954.602	923.207	-24.524	-2,57
Activo corrente					
Inventários	23.534	29.159	26.931	(5 625)	-19,29
Contas a receber	167.722	190.389	178.118	-22.667	-11,91
Diferimentos	326	329	380	(3)	-0,91
Caixa e depósitos bancários	267.065	261.327	321.733	5 738	2,20
Total do activo corrente	458.647	481.204	527.162	-22.557	-4,69
Total do activo	1.388.725	1.435.806	1.450.369	(47 081)	-3,28
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
Capital próprio					
Capital realizado	300.000	300.000	300.000	0	0,00
Reservas	694.173	694.173	694.173	0	0,00
Ajustamentos em activos financeiros	254.565	272.803	263.649	(18 238)	-6,69
Resultados transitados	(314 171)	(236 781)	(183 950)	(77 390)	32,68
Resultado líquido do período	(74 874)	(95 628)	(43 677)	20 754	-21,70
Total do capital próprio	859.693	934.567	1.030.195	(74 874)	-8,01
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	5.247	5.247	5.247	0	0,00
Financiamentos Obtidos	75.000	76.271	4.173	(1 271)	-1,67
Total do passivo não corrente	80.247	81.518	9.420	(1 271)	-1,56
Passivo corrente					
Contas a pagar	435.489	401.802	405.537	33 687	8,38
Adiantamentos de clientes	381	1.168	1.079	(787)	-67,38
Financiamentos Obtidos	1.271	2.903	2.709	-1.632	-56,22
Diferimentos	11.645	13.849	1.429	(2 204)	-15,91
Total do passivo corrente	448.786	419.722	410.754	29.064	6,92
Total do passivo	529.033	501.240	420.174	27 793	5,54
Total do capital próprio e do passivo	1.388.725	1.435.807	1.450.369	(47 082)	-3,28

Regista-se, em 2013, diminuição do ativo não corrente, no valor de 24.524 contos (3%), quando comparado com o ano de 2012, devido, essencialmente, às amortizações dos edifícios.



Por sua vez, em 2013, o ativo corrente também diminuiu em 5%, ou seja 22.557 contos, justificada pela diminuição das rubricas de inventários (5.625 contos) e das contas a receber (30.878 contos).

Em consequência, em 2013, o ativo total líquido, que atingiu o valor de 1.388.725 contos, evidenciou um decréscimo de 3% face ao período homólogo anterior.

Em 2013, verificaram-se diminuições das rubricas do passivo, exceptuando as rubricas de fornecedores e outras contas a pagar que aumentaram 58% e 7%, respectivamente, fazendo com que o passivo total aumentasse em 6%, ou seja 27.793 contos face ao ano de 2012.

O capital próprio sofreu uma queda de 8%, ou seja, m ESC 74.874, correspondentes ao resultado líquido negativo do exercício de 2013. De notar que os Capitais Próprios representam 62% do activo da empresa.

O quadro abaixo espelha os principais indicadores económicos e financeiros.

RÁCIOS FINANCEIROS	2013	2012	2011
Liquidez Geral	1,05	1,18	1,29
Liquidez Reduzida	1,00	1,12	1,23
Autonomia Financeira	0,62	0,65	0,71
Solvabilidade	1,63	1,86	2,45
Fundo de Maneio	9.861	61.482	116.408
Endividamento	0,38	0,35	0,29
RACIOS ECONOMICOS	2013	2012	2011
Rentabilidade Operacional das Vendas	-0,34	-0,46	-0,23
Rentabilidade Operacional do Activo	-0,06	-0,07	-0,04
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-0,080	-0,093	0,583
Cash Flow	-39.852	-63.932	-3.345
VAB	156.922	123.837	170.764

Apesar da degradação dos indicadores económicos evidenciados no quadro acima, nota-se que a empresa revela capacidade de solver os compromissos de curto prazo, como se pode constatar através do indicador de liquidez geral. Igualmente, os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade que se situaram em 62% e 163%, respectivamente, demonstram inequivocamente, capacidade da empresa em suprir os seus compromissos.

Importa referir que o VAB aumentou 30.667 contos (25%), face ao ano anterior, passando de 123.837 contos para 156.922 contos.



7. Eventos Subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

8. Perspectivas Futuras

Na linha da estratégia da UPU, do Governo e da entidade reguladora para o sector, que consiste em promover a sustentabilidade do sector postal assente na inovação tecnológica e num sistema de endereçamento fiável e eficiente, pretende-se dar continuidade aos objectivos delineados com base no plano estratégico, preconizando o reposicionamento da actividade da empresa em três grandes eixos de negócio, sem prejuízo, naturalmente, de continuar a assegurar na essência os serviços tradicionais enquanto incumbente, os quais se destacam:

- Serviço de entrega e logística
- Serviços financeiros
- Serviços de conveniência e proximidade ou de agenciamento

É de salientar que o Plano de Actividades para 2014 preconiza a realização de um conjunto vasto de actividades envolvendo todas as áreas funcionais, sendo de destacar pela sua criticidade e relevância as relacionadas com a área comercial.

Paralelamente e devido à natureza especialmente desafiante dos objectivos enunciados no Plano Estratégico e às circunstâncias particulares da envolvente externa com que a empresa se depara, nomeadamente a relacionada com a ausência de toponímia e de moradas postais, assumem particular relevância algumas iniciativas e projectos de fundo, considerados “estruturantes” e fundamentais para a sustentação e viabilidade de atingimento dos Objectivos Estratégicos e de onde destacamos:

- O Projecto CIP e a implementação do Conceito de “Centrega”
- Implementação de Novos Sistemas e Tecnologias
- Reformulação e modernização da Imagem Institucional dos Correios e dos Canais e Suportes da sua divulgação
- A reestruturação orgânica e funcional
- Renovação e Refrescamento do Quadro de Pessoal



9. Agradecimentos

O Conselho de Administração agradece a todas pessoas e entidades que colaboraram com os Correios de Cabo Verde neste exercício económico, em especial:

Aos clientes que depositaram a sua confiança ao preferirem os nossos serviços.

Ao Auditor Externo e aos Órgãos Sociais pelo apoio e colaboração prestados.

A todos os colaboradores pela dedicação e empenho demonstrados ao longo dos anos.

O Conselho de Administração,

Alita Gomes Dias
Presidente

Cipriano Semedo Soares de Carvalho
Administrador Executivo

José Carlos Ramos Cunha
Administrador Executivo



10. Proposta de aplicação de resultados

Considerando que o resultado líquido do exercício de 2013 é de 74.874 contos negativos.

Considerando que nesse resultado estão incluídos 6.811 contos positivos relacionados com resultados imputáveis a participações financeiras valorizadas segundo o Método de Equivalência Patrimonial, sendo 30.876 contos positivos referentes à Caixa Económica de Cabo Verde e 24.065 contos negativos referentes ao Novo Banco.

Em consequência, o Conselho de Administração decidiu propor à Assembleia Geral dos Accionistas que o resultado líquido de 2013 seja aplicado como se segue:

Resultado transitados	81.685 contos negativos
Lucros não distribuídos.....	6.811 contos positivos

O Conselho de Administração,

Alita Gomes Dias
Presidente

Cipriano Semedo Soares de Carvalho
Administrador Executivo

José Carlos Ramos Cunha
Administrador Executivo



11. Anexos

11.1. Demonstrações Financeiras

11.1.1. Balanços

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores Expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Data de referência		
	Notas	31-12-2013	31-12-2012
		Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	3	14 252	14 252
Edifícios e outras construções		211 441	228 990
Equipamento básico		25	35
Equipamento de transporte		14 354	16 033
Equipamento administrativo		21 588	23 772
Outros activos fixos tangíveis		2 004	2 609
Propriedades de investimento			
Edifícios e outras construções	4	3 470	3 875
Activos intangíveis			
Projectos de desenvolvimento	5	6 158	6 158
Propriedade industrial			
Outros activos intangíveis			118
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	6	614 524	607 713
Participações financeiras — outros métodos	6	41 112	45 373
Outras contas a receber	7	1 150	1 500
Outros activos financeiros	8	-	4 174
Total do activo não corrente		930 078	954 602
Activo corrente			
Inventários			
Mercadorias	9	18 656	23 717
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		4 878	5 442
Clientes	10	26 015	19 345
Estado e outros entes públicos	11	21 016	19 475
Outras contas a receber	7	120 691	151 569
Diferimentos	34	326	329
Caixa e depósitos bancários	12	267 065	261 327
Total do activo corrente		458 647	481 204
Total do activo		1 388 725	1 435 806
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		300 000	300 000
Reservas legais		40 923	40 923
Outras reservas		653 250	653 250
Ajustamentos em activos financeiros		254 565	272 803
Resultados transitados		(314 171)	(236 781)
Resultado líquido do período		(74 874)	(95 628)
Total do capital próprio	13	859 693	934 567
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14	5 247	5 247
Financiamentos obtidos	15	75 000	76 271
Total do passivo não corrente		80 247	81 518
Passivo corrente			
Fornecedores	16	24 020	15 238
Adiantamentos de clientes	10	381	1 168
Estado e outros entes públicos	17	10 088	10 117
Accionistas/sócios	18	5 322	5 322
Financiamentos obtidos	15	1 271	2 903
Outras contas a pagar	19	396 059	371 125
Diferimentos	20	11 645	13 849
Total do passivo corrente		448 786	419 722
Total do passivo		529 033	501 240
Total do capital próprio e do passivo		1 388 725	1 435 806

A Direcção da Unidade Financeira

O Conselho de Administração

Eunice Graça da Luz Barbosa

Alita Gomes Dias
/Presidente /José Carlos Ramos Cunha
/Administrador /Cipriano Semedo S. Carvalho
/Administrador /



11.1.2. Demonstrações de Resultados

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E

1 DE JANEIRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(valores expressos e milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2013	2012
	Notas	Valores	Valores
Vendas e Prestações de serviços	21	236 569	232 420
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	22	6 811	(18 239)
Subcontratos	23	(9 185)	(19 568)
Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas	24	(12 063)	(11 011)
Resultado operacional bruto		222 133	183 602
Fornecimentos e serviços externos	25	(67 629)	(59 765)
Valor acrescentado bruto		154 504	123 837
Gastos com o pessoal	26	(223 253)	(226 763)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(1 563)	-
Aumentos/reduções de justo valor	6	(4 261)	(1 454)
Outros rendimentos e ganhos	27	30 176	38 800
Outros gastos e perdas	28	(7 456)	(9 343)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		(51 853)	(74 923)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	29	(32 329)	(31 696)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(84 182)	(106 619)
Juros e ganhos similares Obtidos	30	9 508	11 387
Juros e perdas similares suportados		(200)	(396)
Resultado antes de Impostos		(74 874)	(95 628)
Imposto sobre o rendimento do período	31	-	-
Resultado líquido do período		(74 874)	(95 628)
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(74 874)	(95 628)
Resultado por acção básico (Esc)	32	(250)	(319)

A Direcção da Unidade Financeira

O Conselho de Administração

Eunice Graça da Luz Barbosa

Alita Gomes Dias
/Presidente/José Carlos Ramos Cunha
/Administrador/Cipriano Semedo S. Carvalho
/Administrador/

11.1.3. Demonstração de Alterações de Capital Próprio

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Largo Pinheiro Chagas, 27 - Praia

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 1 DE JANEIRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital (entidade individual/empresa mãe)						Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos Financeiros	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2012	1	300 000	40 923	653 250	263 649	(183 950)	(43 677)	1 030 195
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(95 628)	(95 628)
RESULTADO EXTENSIVO	2						(95 628)	(95 628)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3							
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	9 154	(52 831)	43 677	(0)
	4				9 154	(52 831)	43 677	(0)
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2012	1+2+3+4	300 000	40 923	653 250	272 803	(236 781)	(95 628)	934 567
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1	300 000	40 923	653 250	272 803	(236 781)	(95 628)	934 567
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO								
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	(74 874)	(74 874)
RESULTADO EXTENSIVO	2						(74 874)	(74 874)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3							
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação dos resultados do período anterior		-	-	-	(18 238)	(77 390)	95 628	-
	4				(18 238)	(77 390)	95 628	-
POSIÇÕES NO FIM DO PÉRIODO 2013	1+2+3+4	300 000	40 923	653 250	254 565	(314 171)	(74 874)	859 693

A Direcção Administrativa e Financeira

Eunice Graça da Luz Barbosa

O Conselho de Administração

Alita Gomes Dias
/Presidente/

José Carlos Ramos Cunha
/Administrador/

Cipriano Semedo S. Carvalho
/Administrador/

11.1.4. Demonstrações de Fluxos de Caixa

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NIF: 200252208

Rua Cesário Lacerda 2 - Plateau

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E

1 DE JANEIRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

RUBRICAS	PERÍODO	
	2013	2012
	Notas	Valores
Método Directo		
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>		
Recebimentos de clientes	204 867	186 266
Pagamentos a fornecedores	(50 739)	(55 993)
Pagamentos ao pessoal	(183 753)	(180 878)
Caixa gerada pelas operações	(29 625)	(50 605)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos	3 744 245	3 302 960
Outros pagamentos	(3 742 076)	(3 362 185)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(27 456)	(109 830)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(3 191)	(31 535)
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis/Propriedades de investimentos	8 273	7 869
Subsídios ao investimento		9 631
Juros e rendimentos similares	8 092	11 729
Dividendos	7 862	52 125
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	21 036	49 819
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(2 903)	(2 707)
Juros e gastos similares	(200)	(396)
Dividendos	-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	(3 103)	(3 103)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(9 523)	(63 114)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	265 501	328 615
Caixa e seus equivalentes no fim do período	267 065	265 501

A Direcção da Unidade Financeira

O Conselho de Administração

Eunice Graça da Luz Barbosa

Alita Gomes Dias
/Presidente /

José Carlos Ramos Cunha
/Administrador/

Cipriano Semedo S. Carvalho
/Administrador/



11.2. Anexo às Demonstrações Financeiras

CORREIOS DE CABO VERDE, SARL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A sociedade anónima de capitais públicos, CORREIOS DE CABO VERDE, SARL (adiante designada por CORREIOS ou Sociedade), foi criada pelo Decreto Lei nº 9-A/95 de 16 de Fevereiro, que determinou, enquadrado no Programa de Reestruturação do Sector Empresarial do Estado, a cisão da então Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) em duas sociedades distintas de acordo com as suas duas actividades principais: Correios, fundamento para constituição desta mesma sociedade, e Telecomunicações, actividade afectada à sociedade Cabo Verde Telecom, SARL.

O Estado Caboverdiano detém a totalidade do capital social da Sociedade.

Nos termos dos seus Estatutos, publicados em anexo do Decreto-Lei acima referido, o objecto dos CORREIOS compreende a exploração do serviço público de correios no território nacional e dos serviços postais de Cabo Verde com o estrangeiro e ainda a execução de convenções, acordos e regulamentos internacionais conexos.

A actividade de correios abrange todo o território Caboverdiano, nas áreas de tráfego postal, correio acelerado e serviços financeiros postais. Os CORREIOS têm vindo progressivamente a desenvolver novos produtos no domínio dos serviços financeiros, nomeadamente (i) o pagamento a pensionistas das FAIMO, da Função Pública, da Vivo Energy Cabo Verde em S. Vicente e de alguns pensionistas da Caixa Nacional de Pensões de Portugal por conta da Caixa Geral de Depósitos, (ii) a prestação de serviços à Caixa Económica de Cabo Verde relativos a abertura de contas caderneta, depósitos, levantamentos, transferência de fundos, pagamentos de vencimentos e pensões e ainda a venda de impressos nos locais onde esta instituição financeira não dispõe de Delegação, (iii) a prestação de serviços à ELECTRA – Empresa de Electricidade e Água, SARL e GARANTIA – Companhia de Seguros de Cabo Verde, SARL relativos, respectivamente, a cobrança de facturas e venda de selos de seguros. Em 2000, a Sociedade aderiu ao serviço de emissão de vales por via electrónica, denominado Eurogiro, entre Cabo Verde e Portugal e, em 2001, com Luxemburgo e Suíça, sendo provável o alargamento a outros países no futuro próximo.

Em 2006, a Sociedade aderiu ao serviço de transferência de dinheiro por via electrónica, denominado por TMO – Tele-Money Order, entre Cabo Verde e Portugal

Em 2010, a Sociedade aderiu aos serviços de transferências de dinheiro por via electrónica, denominado por Money Express, Money Gram e Money Exchange, entre Cabo Verde e outros países.

Em 2013, a Sociedade passou a prestar serviços de transferência de dinheiro por via electrónica, a nível nacional.



NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de Fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 27 de Maio de 2014.

NOTA 1 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOPTADAS

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

1.1 Activos fixos tangíveis e depreciações

Com excepção das aquisições do ano de 1995 a 2013, mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor de factura do fornecedor acrescido de gastos de compra e instalação, os restantes bens que integram os activos fixos tangíveis da Sociedade encontram-se registados pelo valor que lhes foi atribuído aquando da cisão, com base nos registos contabilísticos da extinta Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como activos separados, sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do activo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o gasto do activo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, sobre os valores de aquisição ou justo valor, conforme o caso, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As principais taxas utilizadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções	4%
Equipamento básico	10% - 20%
Material de carga e transporte	12,5% - 16,66%
Equipamento administrativo	8,33% - 25%
Outros activos fixos tangíveis	10% e 25%

Os activos fixos tangíveis doados à Sociedade por terceiros são apresentados nas respectivas rubricas com contrapartida na rubrica Subsídios para investimentos (ver Nota 20), sendo depreciados na mesma base e às mesmas taxas que os restantes bens de natureza idêntica adquiridos pela Sociedade, sendo o respectivo gasto compensado em outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27), pela redução, em igual montante, da rubrica Subsídios para investimentos.

Os terrenos e activo tangível em curso não são objectos de depreciação.



1.3 Propriedades de investimento e depreciações

Compreendem edifícios em arrendamento e encontram-se valorizados ao custo de aquisição. Por se considerar imaterial o efeito da avaliação não se procedeu à determinação do justo valor.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. A taxa utilizada foi de 4%.

1.4 Activos intangíveis e amortizações

Compreendem gastos com implementação do circuito ADSL e projectos de informatização dos balcões. São amortizados pelo método das quotas constantes, em base anual, em três e cinco anos, respectivamente. Inclui, também, em curso, projectos de desenvolvimento.

1.5 Imparidade de activos

Os activos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um activo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os activos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.6 Inventários e ajustamentos

As quantidades em armazém são apuradas no final de cada exercício económico através de inventariação física integral e exaustiva. Os critérios valorimétricos adoptados resumem-se como segue:

- As mercadorias e matérias-primas e subsidiárias de consumo são mensuradas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da factura do fornecedor, acrescido de gastos adicionais de compra.
- Os inventários de material filatélico, constituídos por selos emitidos nos anos de 1996 a 2013, encontram-se mensurados ao custo médio de aquisição desses anos, tendo o custo médio de cada ano sido apurado pela totalidade das compras do ano, independentemente da espécie do selo.

O apuramento dos consumos é determinado segundo o método do custo médio.

As perdas de valor em inventários, apuradas por referência a critérios de avaliação técnico-comercial, são objecto de ajustamentos por imparidade (ver Nota 9).



1.7 Investimentos financeiros

Referem-se a participações detidas nas entidades identificadas na Nota 6. Naquelas em que a Sociedade detém controlo ou exerce influência significativa, os investimentos encontram-se valorizados de acordo com o Método de Equivalência Patrimonial. Nas restantes manteve-se a valorização ao custo de aquisição, dado não serem títulos cotados e não ter sido determinado o justo valor. Havendo valor da cotação, este é utilizado para a valorização.

Os preceitos contabilísticos vigentes em Cabo Verde não contemplam a preparação e apresentação de contas consolidadas.

1.8 Contas a receber de Clientes e Outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos inicialmente pelo seu valor actual ou, caso aplicável, pelo valor descontado, calculado por referência à taxa de juro média dos financiamentos da Sociedade, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 7 e 10).

Os riscos efectivos de cobrança associados às contas a receber de clientes e outros devedores, apurados por referência a critérios de gestão e de avaliação comercial, são objecto de ajustamento por imparidade.

1.9 Caixa e Depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

1.10 Capital Próprio

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas.

A parcela não realizada do capital não é objecto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas acções são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital Próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.11 Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação do Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, foi aprovado o Regulamento do Imposto Único sobre o Rendimento, segundo o qual o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos do referido Decreto-Lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 25,5%.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2009 a 2013 podem vir a ser corrigidos.



Os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de três anos, após a sua ocorrência, e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base tributável.

A base tributável dos activos e passivos é determinada de forma a reflectir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.12 Provisão para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

1.13 Reconhecimento do rédito

Os rendimentos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador. Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

1.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Sociedade, no período em que os dividendos são aprovados em Assembleia Geral pelo accionista.

1.15 Gestão de riscos financeiros

A exposição da Sociedade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro.

Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que (a) existe uma paridade fixa do Escudo face ao Euro, moeda em que são, predominantemente, efetuadas as transacções com o estrangeiro e (b) as vendas são realizadas exclusivamente em Escudos.



Risco da taxa de juro

O empréstimo, contraído junto da CECV, vence juros a taxa fixa, pelo que este risco é reduzido dado não se perspectivar que as taxas de juros de mercado venham a baixar. Não existem “swaps” de taxas de juro.

(i) Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e outros devedores e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

(ii) Risco de liquidez

A Sociedade tem apresentado um rácio de liquidez positivo, pelo que esse risco é reduzido.

1.16 Créditos e débitos em moeda estrangeira

Os activos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos e contabilizados em Escudos ao câmbio oficial em vigor na data da transacção. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do Balanço, por referência às taxas de câmbio vigentes nessa data, são reconhecidos nos resultados.

1.17 Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados, são registados no balanço nas rubricas de Outras contas a pagar e Outras contas a receber.

1.18 Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação Cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 19).

Os trabalhadores da Sociedade encontram-se integralmente abrangidos pelo esquema oficial de previdência social, patrocinado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Sociedade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.19 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros factores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais.

**NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXA**

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não seja significativa.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2013 e 2012 nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2012							
Valor de aquisição	14 252	478 146	6 589	45 259	161 520	5 458	711 224
Depreciação acumulada	-	(255 527)	(6 538)	(31 993)	(140 681)	(1 901)	(436 640)
Valor escriturado	14 252	222 619	51	13 266	20 839	3 557	274 584
VARIAÇÕES EM 2012							
Valor líquido inicial	14.252	222.619	51	13.266	20.839	3.557	274.584
Aquisições	-	25.346	-	5.748	11.280	39	42.413
Depreciação do exercício	-	(18 975)	(16)	(2 982)	(8 347)	(987)	(31 307)
Valor líquido	14 252	228 990	35	16 032	23 772	2 609	285 690
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012							
Valor de aquisição	14 252	503 492	6 589	51 007	172 800	5 497	753 637
Depreciação acumulada	-	(274 502)	(6 554)	(34 975)	(149 028)	(2 888)	(467 947)
Valor escriturado	14 252	228 990	35	16 033	23 772	2 609	285 690
VARIAÇÕES EM 2013							
Valor líquido inicial	14.252	228.990	35	16.033	23.772	2.609	285.690
Aquisições	-	-	-	1.785	1.389	181	3.355
Investimentos em curso	-	-	-	-	4.898	-	4.898
Correção - valor de aquisição	-	1.528	-	-	-	-	1.528
Alienações-valor de aquisição ou reavaliado	-	-	-	(5 311)	-	-	(5 311)
Alienações-depreciação acumulada	-	-	-	5.311	-	-	5.311
Depreciação do exercício	-	(19 079)	(9)	(3 464)	(8 470)	(785)	(31 807)
Valor líquido	14 252	211 441	25	14 354	21 588	2 004	263 664
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2013							
Valor de aquisição	14 252	505 020	6 589	47 481	179 087	5 678	753 209
Depreciação acumulada	-	(293 581)	(6 563)	(33 128)	(157 498)	(3 673)	(494 443)
Valor escriturado	14 252	211 441	25	14 354	21 588	2 004	258 766

As adições compreendem, a aquisição de uma viatura comercial e mobiliários diversos.

Os investimentos em curso correspondem a equipamentos informáticos, tais como computadores, routers e monitores, adquiridos no âmbito do projecto de informatização dos balções nas agências.

As adições em 2012 compreendiam, essencialmente, (i) em Edifícios e outras construções, mESC mESC 25 346 referentes aos investimentos de finalização do Centro de Tratamento de Achada Grande na Praia e Agência de São Filipe do Fogo, que se encontravam em curso em 2011, atingindo um total de investimento de mESC 73 534 e

mESC 40 684, respectivamente, (ii) em Equipamento de transporte, a aquisição de 3 viaturas e (iii) em Equipamento Administrativo, aquisição de equipamentos para os centros de tratamento postal doados pela UPU – União Postal Universal Internacional.

**NOTA 4 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO**

As propriedades de investimento dizem respeito aos edifícios em arrendamento. Encontram-se mensurados ao custo de aquisição e decompõem-se como segue (em mESC):

	2013				2012			
	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Custo Aquisição	Depreciações do exercício	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Edifícios								
Rábil	2 433	96	2 238	195	2 433	98	2 142	291
Palmarejo	3 500	168	1 708	1 792	3 500	140	1 540	1 960
ASA	4 200	140	2 716	1 484	4 200	152	2 576	1 624
	<u>10 133</u>	<u>404</u>	<u>6 662</u>	<u>3 470</u>	<u>10 133</u>	<u>390</u>	<u>6 258</u>	<u>3 875</u>

Devido ao facto de se considerar o seu efeito imaterial não foi determinado o justo valor destes activos.

NOTA 5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

O saldo corresponde ao Projecto Integrado Plurienal dos recursos da União Postal Universal e dos Correios de Cabo Verde, em curso.

NOTA 6 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Resume-se nos quadros seguintes as informações relativas às participações financeiras valorizadas segundo (i) o Método de Equivalência Patrimonial (MEP) e (ii) o custo de aquisição ou justo valor.

Participação valorizada segundo o MEP

Refere-se à participação na Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) e no Novo Banco, detidas em 15,14% e 25%, respectivamente. A Sociedade exerce influência significativa nestas associadas por via de participação no Conselho de Administração.

Os movimentos resumem-se como segue:

	mESC		
	CECV	Novo Banco	Total Participação
Saldo em 31.12.2011	537 415	45 148	582 563
Quota parte nos resultados de 2012	17 966	(36 204)	(18 238)
Dividendos recebidos em 2012	(31 612)	-	(31 612)
Participação aumento de capital	-	75 000	75 000
Saldo em 31.12.2012	<u>523 769</u>	<u>83 944</u>	<u>607 713</u>
Quota parte nos resultados de 2013	30 876	(24 065)	6 811
Saldo em 31.12.2013	<u>554 645</u>	<u>59 879</u>	<u>614 523</u>

A Caixa Económica de Cabo Verde e o Novo Banco têm sede na Cidade da Praia.



O capital social do Novo Banco foi, em 2012, aumentado em mESC 300 000, dos quais mESC 75 000 foram realizados pela Sociedade, com recurso ao empréstimo efetuado pelo seu accionista único, o Estado de Cabo Verde (ver Nota 15).

Participações valorizadas ao custo de aquisição e ao justo valor (valor de cotação)

	Custo de aquisição	Justo valor em 31.12.13	Saldo em 31.12.13	Justo valor em 31.12.12	Saldo em 31.12.12	% de participação	Sede
Cabo Verde Telecom, Sarl	25 300	n/a	25 300	n/a	25 300	0,7%	Praia
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	9 000	n/a	9 000	n/a	9 000	5%	Praia
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	14 226	6 812	6 812	11 073	11 073	0,9%	Praia
	<u>48 526</u>	<u>6 812</u>	<u>41 112</u>	<u>11 073</u>	<u>45 373</u>		

n/a- não aplicável

A participação na Sociedade Caboverdiana de Tabacos encontra-se valorizada ao preço da cotação na Bolsa de Valores, o qual em 31 de Dezembro de 2013 era de mESC 3,05 (2012: mESC 4,95), tendo originado perdas de mESC 4261 (2012: perdas de mESC 1 454), registado na rubrica de Aumentos/reduções de justo valor.

Os dividendos recebidos destas participadas em 2013 relativos ao exercício de 2012 e em 2012 relativos ao exercício de 2011 resumem-se como segue (ver Nota 27):

	mESC	
	2013	2012
Cabo Verde Telecom, SARL	4 661	17 206
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	1 805	1 911
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	<u>1 396</u>	<u>1 396</u>
	<u>7 862</u>	<u>20 513</u>

As informações financeiras das participadas resumem-se como segue (em mESC):

	Activo	Passivo	Capital próprio	Resultado líquido
Caixa Económica de Cabo Verde	50 659 596	46 628 646	3 665 364	205 842
Novo Banco	978 558	640 254	338 304	(96 260)
Cabo Verde Telecom, Sarl (a)	12 986 129	6 434 099	6 552 030	1 222 640
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde	2 884 525	1 835 916	1 006 694	79 622
Sociedade Caboverdiana de Tabacos	723 570	115 871	606 700	183 396

(a) Dados referentes a 31/12/2012



NOTA 7 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

		mESC	
		2013	2012
Corrente			
Selos fiscais	(i)	840	26 714
Money Express	(ii)	18 477	21 128
Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais	(iii)	21 113	20 196
Exactorias	(iv)	7 884	14 640
Direcção Geral das Alfândegas	(v)	9 214	14 099
Disponibilidades nas Agências - Por regularizar	(vi)	10 389	10 389
Electra - Prestação de serviços	(vii)	10 450	9 474
Agentes filatélicos	(viii)	5 709	5 709
Estado de Cabo Verde - Quotas UPU	(ix)	4 786	4 814
CECV - Prestação de serviços	(x)	4 100	4 045
Money Exchange	(ii)	1 555	3 263
Garantia - Prestação de serviços	(xi)	3 472	3 222
Juros de depósito a prazo	(xii)	3 409	2 992
Rendas de espaços	(xiii)	2 354	2 900
Direcção Geral de Contribuição e Impostos	(xiv)	767	1 946
Money Gram	(ii)	7 978	21
Outros, inferiores a mESC 2 000		<u>16 315</u>	<u>11 997</u>
		128 812	157 548
Menos:			
Perdas por imparidade acumulada	(xv)	<u>(20 230)</u>	<u>(18 667)</u>
		<u>108 582</u>	<u>138 881</u>
Operações com vales	(xvi)	<u>7 274</u>	<u>7 197</u>
Pessoal			
	(xvii)		
Empréstimo para aquisição de viaturas		1 660	1 660
Empréstimo concedidos no âmbito do fundo social		<u>3 175</u>	<u>3 831</u>
		<u>4 835</u>	<u>5 491</u>
		<u>120 691</u>	<u>151 569</u>
Não corrente			
Pessoal			
Empréstimo concedidos no âmbito do fundo social		<u>1 150</u>	<u>1 500</u>

(i) Selos fiscais

Em 2012, o saldo desta rubrica correspondia ao valor de selos fiscais consignados aos CORREIOS, ainda por vender. A contrapartida desta rubrica, correspondente à dívida



resultante dos selos fiscais adiantados aos Correios, encontrava-se apresentada na rubrica de Outras contas a pagar (ver Nota 19).

Em 2013, os respectivos selos foram devolvidos à Direcção de Contribuição e Impostos, resultando um valor a favor dos CORREIOS no montante de mESC 840.

(ii) Money Express/Money Exchange/Money Gram

Os saldos resultaram do serviço de transferências de dinheiro por via eletrónica, representando valores pagos em Cabo Verde pelos Correios de Cabo Verde.

Pelos serviços prestados à MoneyExpress, Money Exchange, a Sociedade recebe uma comissão de 0,9%, 0,8% respectivamente. Com a assinatura de um novo contrato com a Money Gram as comissões, a partir de Outubro, passaram de 14% (nos pagamentos) e 16% (nos recebimentos) para 25%.

(iii) Administrações Estrangeiras

Os saldos decorrentes das relações da Sociedade com Administrações Estrangeiras - serviços postais internacionais são segregados e evidenciados separadamente segundo as suas naturezas devedora (ver acima) e credora (ver Nota 19).

O saldo devedor/credor representa valores relativos a encargos terminais, abonos de encomendas postais e serviços de "express mail" a receber/pagar de Administrações estrangeiras, reconhecidos, à data do balanço, como se segue:

	Valores ativos		Valores passivos	
	2013	2012	2013	2012
	mESC			
Administrações Estrangeiras - Serviços Postais				
Dados reais	10 924	9 403	25 196	31 192
Estimativas	11 303	10 792	10 638	10 948
	<u>22 227</u>	<u>20 196</u>	<u>35 835</u>	<u>42 141</u>

As transacções com as Administrações Estrangeiras são contabilizadas às taxas de câmbio em vigor na data em que ocorrem, tendo os respectivos saldos sido actualizados para os câmbios vigentes à data de 31 de Dezembro de 2013.

(iv) Exactorias

O saldo desta rubrica corresponde aos valores em caixa em Dezembro de 2013 de algumas estações não transferidos para a sede.

(v) Direcção Geral das Alfândegas

Representa valores a receber relativos a prestação de serviços relacionados com despachos alfandegários efetuados nos balcões dos CORREIOS, referentes ao exercício de 2013(mESC 2 138) e exercícios anteriores (mESC 7 076). O pagamento desses valores é da responsabilidade da Direcção Geral do Tesouro, razão pela qual não foi objeto de qualquer ajustamento por imparidade.

**(vi) Disponibilidades nas Agências – Por regularizar**

O saldo desta rubrica, totalmente ajustado por imparidade, corresponde a diferenças encontradas nas disponibilidades de várias Agências.

(vii) Electra - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões a receber da Electra, SA pela cobrança de facturas efetuadas nas Estações, equivalentes a (i) uma comissão variável de 5% sobre a cobrança efetuada, no caso da Estação de Santa Maria no Sal e (ii) uma comissão de ESC 50 por cada factura cobrada, no caso das restantes Estações.

(viii) Agentes filatélicos

O saldo desta rubrica corresponde ao valor dos selos consignados aos vários agentes, por contrapartida de uma conta credora com a mesma designação, apresentada na rubrica de Outros contas a pagar (ver Nota 19). A diferença de mESC 474 entre os dois saldos carece de análise e posterior regularização.

(ix) Estado de Cabo Verde – Quotas UPU

O saldo desta rubrica corresponde, essencialmente, à parcela das quotas pagas à UPU – União Postal Universal, por conta do Estado de Cabo Verde, relativos aos anos de 2003 e 2004.

(x) CECV - Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões cobradas à Caixa Económica de Cabo Verde por serviços relacionados com as operações de depósito e levantamentos, equivalentes a uma comissão fixa de ESC 150 por cada operação.

(xi) Garantia – Prestação de Serviços

O saldo desta rubrica corresponde a comissões a receber da Companhia de Seguros Garantia pela cobrança de facturas efetuadas nas estações, equivalentes a uma comissão fixa de mESC 6/mês por Estação e uma comissão variável de 10% sobre a cobrança efetuada.

(xii) Juros de depósito a prazo

O saldo desta rubrica corresponde à especialização dos juros de depósito a prazo (ver Nota 12).

(xiii) Rendas de espaços

O saldo desta rubrica corresponde ao valor a receber referente às rendas de espaços a terceiros.

(xiv) Direcção Geral de Contribuição e Impostos

O saldo desta rubrica representa as comissões pelas cobranças dos impostos efetuados nas Estações, equivalentes a uma comissão de ESC 150 por operação.

**(xv) Perdas por imparidade acumuladas**

As perdas por imparidade foram reforçadas no exercício de 2013 em mESC 1 563, para fazer face ao roubo na agência de S. Domingos (no exercício de 2012 não houve qualquer movimento). O saldo em 31 de Dezembro de 2013 é considerado adequado tendo por referência critérios de gestão e de avaliação comercial.

(xvi) Operações com vales

	Valores activos		Valores passivos	
	2013	2012	2013	2012
			mESC	
Operações com vales nacionais/electrónicos	284	-	2 557	2 455
Administrações estrangeiras - conta vales				
Holanda	5 922	5 922	-	-
Itália	-	-	27 760	27 451
Portugal	-	-	23 327	22 089
Senegal	-	-	4 482	4 481
Outros	1 068	1 275	779	902
	6 990	7 197	56 348	54 923
	7 274	7 197	58 905	57 378

Administrações estrangeiras - conta vales

Os Valores activos e passivos desta rubrica representam, respectivamente, os saldos líquidos das operações com vales emitidos pelas Administrações estrangeiras e pagos pela Sociedade e vice-versa.

As transacções com administrações estrangeiras encontram-se registadas ao câmbio da data em que ocorreram, tendo os correspondentes saldos sido actualizados ao câmbio vigente em 31 de Dezembro de 2013.

(xvii) Pessoal

O saldo de empréstimos para aquisição de viaturas, restritos a Administradores Executivos e Directores, compreende a parcela remanescente de um empréstimo concedido a uma ex – Administradora, o qual não vem sendo objecto de reembolso nem de débito de juros por se encontrar em contencioso.

Os empréstimos concedidos no âmbito do Fundo Social, incluem empréstimos para assistência na doença e para fins diversos. Com excepção dos empréstimos para assistência na doença, não remunerados, os restantes empréstimos vencem juros à taxa anual de 4%.

**NOTA 8 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**

Em 2012, correspondia à parcela de depósito a prazo, detidos na Caixa Económica de Cabo Verde, que não estava disponível para uso no curto prazo, dado que se encontrava cativo a título de caução e de garantia do financiamento obtido junto da referida instituição financeira (ver Nota 15).

NOTA 9 – INVENTÁRIOS

	mESC	
	2013	2012
Mercadorias		
Material postal	12 044	15 587
Material filatélico (valores postais)	5 570	6 945
Caixas de correio	1 269	1 269
Livros de reclamação	87	392
Cupões de resposta	216	54
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(530)</u>	<u>(530)</u>
	<u>18 656</u>	<u>23 717</u>
Materiais de consumo	5 136	5 700
Perdas por imparidades acumuladas	<u>(258)</u>	<u>(258)</u>
	<u>4 878</u>	<u>5 442</u>
	<u><u>23 534</u></u>	<u><u>29 159</u></u>

As perdas por imparidades acumuladas não tiveram qualquer movimento nos exercícios de 2013 e 2012. O à data do balanço é considerado adequado para fazer face a perdas potenciais de valor nos inventários, calculadas com base em critérios de avaliação técnico-comercial.



NOTA 10 – CLIENTES

		mESC	
		2013	2012
Saldos devedores			
Direcção Geral do Património	(i)	8 495	7 056
Electra	(ii)	3 419	2 602
Jornal "A Semana"	(iii)	1 969	2 106
CECV		2 526	2 057
Município dos Órgaos		1 794	1 518
BCA		1 271	982
Outros		8 734	5 216
		<u>28 208</u>	<u>21 538</u>
Perdas por imparidades acumuladas	(iii)	<u>(2 193)</u>	<u>(2 193)</u>
		<u>26 015</u>	<u>19 345</u>
Saldos credores			
Adiantamentos de clientes		<u>381</u>	<u>1 168</u>

(i) Direcção Geral do Património (DGP)

Entre os Correios e o Ministério das Finanças existem vários contratos e protocolos que regulam os vários serviços prestados pelos Correios como são os casos de (i) arrendamento de um espaço em Santa Maria, (ii) arrendamento de um espaço ao MTIE, (iii) prestação de serviços relativos às pensões sociais, às cobranças de impostos, ao envio de correspondências nacionais e para o estrangeiro e aos pagamentos de pensões das FAIMO.

O saldo em 31 de Dezembro de 2013 resulta do valor de mESC 7 056 transitado de 2012 acrescido de serviços prestados no exercício no valor total de mESC 4 279, dos quais foram liquidados mESC 2 840, ficando um saldo remanescente de mESC 8 495 pendente de liquidação à data do Balanço.

(ii) Electra

O saldo corresponde às facturas de expedição de correspondência. Em 31 de Dezembro de 2013 resulta do saldo transitado de 2012 no valor de mESC 2 602, acrescido de facturação relativa ao ano de 2013 no montante de mESC 857, deduzido de pagamentos de mESC 39.

(iii) Jornal "A Semana"

O saldo desta rubrica representa o remanescente da dívida de serviços postais prestados ao Jornal A Semana, transitado de exercícios anteriores. Por se afigurar de cobrança duvidosa foi reconhecida perda por imparidade para este saldo.

**NOTA 11 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Saldo devedor)**

O saldo corresponde a créditos de impostos resultantes (i) da liquidação provisória e excesso de liquidação do imposto sobre lucros, no valor de mESC 3 376 e (ii) de retenções na fonte de imposto sobre juros de depósitos a prazo, no valor de mESC 17 638 (2012: mESC 15 827).

NOTA 12 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

	mESC	
	2013	2012
Caixa		
Tesouraria da Praia	463	220
Caixa das estações	263	711
	<u>726</u>	<u>931</u>
Depósitos a ordem		
Banco Comercial do Atlântico	19 345	15 579
Deutsche Postbank	5 118	3 499
Caixa Económica de Cabo Verde	10 202	5 582
Banco Interatlântico	140	579
Novo Banco	344	10 647
Banco Caboverdeano de Negócios	131	510
Banco Angolano de Investimentos	244	-
Conta Agências - Fundo CECV	16 815	-
	<u>52 339</u>	<u>36 396</u>
Depósitos a prazo		
Banco Comercial do Atlântico	40 000	40 000
Caixa Económica de Cabo Verde	154 000	184 000
Novo Banco	20 000	-
	<u>214 000</u>	<u>224 000</u>
	<u>267 065</u>	<u>261 327</u>

Os mESC 19 345 de depósitos à ordem no Banco Comercial do Atlântico incluem mESC 18 553 (2012: mESC 9 213) referentes a fundos de maneo adiantados às estações e receitas geradas por estas, os quais foram transferidos para a Sede em Janeiro de 2014.

Os depósitos a prazo venceram juros à taxa anual que variam entre 2,75% e 5,25%.

A rubrica conta agência - fundo CECV representa o saldo disponível nas agências referente a fundos recebidos da CECV (ver Nota 19 (iv)).

**NOTA 13 – CAPITAL PRÓPRIO**

Os movimentos registados em 2013 e em 2012 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital da Sociedade em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, integralmente realizado, ascende a mESC 300 000 e é detido pelo Estado Cabo-verdiano.

O resultado líquido negativo do exercício de 2012, no valor de mESC 95 628, foi aplicado com segue:

Ajustamentos em activos financeiros	(18 238)
Resultados transitados	(77 390)

De acordo com a legislação vigente, a Reserva legal é dotada com um mínimo de 5% dos lucros líquidos anuais até atingir um montante equivalente a, pelo menos, 20% do capital social, não sendo livre para distribuição em dinheiro, mas podendo ser utilizada para aumentar Capital ou cobrir prejuízos, depois de esgotadas as restantes Reservas.

O saldo de Outras Reservas compreende o seguinte:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reservas para fins sociais	20 364	20 364
Reserva para investimentos	12 615	12 615
Resultado cisão c/CTT	617 018	617 018
Reservas Livres	<u>3 253</u>	<u>3 253</u>
	<u>653 250</u>	<u>653 250</u>

As Reservas para fins sociais destinam-se exclusivamente à prestação de benefícios sociais de utilização colectiva ou de serviços colectivos aos trabalhadores, bem como para a bonificação de empréstimos para aquisição, construção, reparação, beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente, em condições a definir pelo Governo. A dotação anual que lhe for destinada não poderá exceder 10% do resultado líquido do exercício respectivo.

Constituem a Reserva para investimentos (i) a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e (ii) as verbas provenientes de dotações e doações com essa finalidade expressa, de que a Sociedade seja beneficiária.

As Reservas livres constituem a parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada, não sendo impostas por lei ou pelos Estatutos, nem constituídas de acordo com contratos firmados pela Sociedade. Podem ser aplicadas para cobertura de prejuízos, para aumento de capital, ou para distribuição aos sócios.



O saldo de Reservas resultante da cisão compreende, para além do montante de mESC 336 483 atribuídos pelo Estado de Cabo Verde a título de compensação resultante do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP) (ver Nota 19), diversos valores resultantes de regularizações efetuadas aquando da referida cisão e posteriormente respeitantes a saldos devedores e credores que transitaram do

Balanço da cisão. Este valor não se encontra disponível para distribuição, podendo, no entanto, ser utilizado para aumento de capital ou cobertura de prejuízos.

O saldo de ajustamentos em Activos Financeiros compreende:

	<u>mESC</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	263 649
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2011	<u>9 154</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	272 803
Lucros não atribuídos referentes ao exercício de 2012	<u>(18 238)</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	<u><u>254 565</u></u>

Este valor não pode ser utilizado para qualquer fim, sendo transferido para Resultados Transitados ou Reservas livres quando as sociedades participadas distribuírem dividendos ou forem alienadas.

NOTA 14 – PROVISÕES

O saldo desta rubrica, transitado de exercícios anteriores, corresponde à provisão para processos judiciais em curso, de igual montante.

NOTA 15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

		<u>2013</u>			<u>2012</u>		
		<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>	<u>Total</u>	<u>Correntes</u>	<u>Não correntes</u>	<u>Total</u>
Empréstimos bancários							
Caixa Económica de Cabo Verde	A	1 271		1 271	2 903	1 271	4 174
Empréstimos não bancário							
Estado - Aumento de Capital Novo Banco	B	-	75 000	75 000	-	75 000	75 000
Total de Empréstimos		<u>1 271</u>	<u>75 000</u>	<u>76 271</u>	<u>2 903</u>	<u>76 271</u>	<u>79 174</u>

(A) Caixa Económica de Cabo Verde

O saldo corresponde à parcela remanescente de um empréstimo no montante de mESC 10 800, contratado em Maio de 2010, destinado à aquisição de 3 (três) viaturas. Vence juros à taxa anual de 7% e é amortizado em 48 prestações mensais e iguais de mESC 259, englobando capital e juros, com início em Junho de 2010.



Para garantia do empréstimo foi constituída caução da conta de depósito a prazo detido na Caixa Económica de Cabo Verde, pelo montante correspondente ao capital em dívida relacionado com o presente crédito, entretanto anulada em 2013.

(B) Estado de Cabo Verde – Aumento de Capital do Novo Banco

Corresponde ao empréstimo efetuado pelo accionista único, o Estado de Cabo Verde, para fazer face ao aumento de capital social do Novo Banco em 2012 (ver Nota 6).

Não se encontram ainda definidas as condições do empréstimo, em termos de remuneração e prazo de reembolso. Assim, não sendo expectável que ocorra qualquer amortização em 2014, a totalidade do saldo foi registado como não corrente.

NOTA 16 – FORNECEDORES

Esta rubrica compreende:

	mESC	
	2013	2012
ELECTRA	11 592	8 680
Hardsecure-Soc.Unipessoal,Lda	2 109	-
Jornal A Semana	1 999	1 346
ASA-Praia	1 415	1 075
SILMAC	1 000	-
Imprensa Nacional	436	1 257
Cartor-Security Printing	-	1 546
Outros	5 469	1 335
	<u>24 020</u>	<u>15 238</u>

O saldo a pagar à ELECTRA corresponde à dívida resultante do fornecimento de energia e água. Inclui mESC 8 680 transitados de 2012, acrescidos do valor das facturas de fornecimentos referentes a 2013, no montante de mESC 5 998 e deduzidos de pagamentos de mESC 3 086.

NOTA 17 – Estado e Outros Entes Públicos (Credor)

O saldo credor desta rubrica decompõe-se como segue:

		mESC	
		2013	2012
Retenção de impostos sobre rendimentos	(i)	2 509	3 035
Contribuições para a Previdência Social	(i)	6 673	6 844
Imposto sobre o Valor Acrescentado		710	79
Outros		196	159
		<u>10 088</u>	<u>10 117</u>

**(i) Imposto único sobre rendimentos/Contribuições para a Previdência Social**

Correspondem, essencialmente, aos processamentos das (a) retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal e (b) contribuições da Sociedade para a previdência social para entrega ao Estado, referentes ao mês de Dezembro.

NOTA 18 - ACCIONISTAS

O saldo desta rubrica, transitado do exercício anterior, representa os dividendos referentes ao exercício de 2001 atribuídos ao Estado de Cabo Verde e ainda não liquidados.

NOTA 19 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

		<u>mESC</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Estado - Indemnização de Cisão	(i)	78 935	78 935
Direcção Geral do Tesouro	(ii)	69 495	53 214
Administrações estrangeiras - serviços postais internacionais (ver Nota 7 (iii))		37 525	42 141
Encargos com férias e subsídio de férias a pagar no ano seguinte (ver Nota 25)		31 048	30 207
Cabo Verde Telecom, Sarl	(iii)	42 280	29 523
Selos fiscais (ver Nota 7 (i))		-	26 444
Fundos CECV	(iv)	16 815	
Exatorias		8 955	10 174
Credores por pagamentos diferidos	(v)	5 635	6 058
Ministério das Finanças	(ii)	6 023	6 001
Agentes Filatélicos (ver Nota 7 (vii))		5 235	5 235
Caixa Nacional de Pensões de Portugal	(ii)	6 306	4 087
CTT - Portugal	(vi)	2 601	2 601
Money Gram	(vii)	8 270	1 246
Outros, inferiores a mESC 4 000		18 030	17 881
		<u>337 153</u>	<u>313 746</u>
Operações com vales (Nota 7 (xii))		<u>58 905</u>	<u>57 379</u>
		<u>396 059</u>	<u>371 125</u>

(i) Estado de Cabo Verde

Nos termos do Protocolo Nº 1/96, de 29 de Novembro, o Estado de Cabo Verde assumiu-se como devedor dos CORREIOS pelo montante de mESC 336 483, a título de compensação pela previsível insuficiência de resultados operacionais no âmbito do processo de cisão da Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações (CTT, EP). Este valor foi calculado tendo por referência a insuficiência de resultados operacionais dos CORREIOS para o período de 1996 a 2000.



Em resultado de recebimentos e encontros de contas entretanto efetuados com o Estado de Cabo Verde ao longo dos anos, a conta apresentava em 2006 um saldo devedor de mESC 14 538. Tendo o Estado de Cabo Verde feito, em 2007, um pagamento no valor de mESC 93 473, esta rubrica passou a apresentar um saldo credor de mESC 78 935. Devido a não estarem definidas as condições de reembolso deste valor não se procedeu ao cálculo do seu valor descontado.

(ii) Direcção Geral do Tesouro (DGT) / Ministério das Finanças / Caixa Nacional de Pensões de Portugal

Representam os adiantamentos efetuados à Sociedade pela DGT, Ministério das Finanças e pelo Banco Interatlântico para pagamento aos pensionistas (a) das FAIMO e da Função Pública e (b) da Caixa Nacional de Pensões de Portugal, respectivamente, deduzidos dos pagamentos entretanto efetuados até à data do balanço.

(iii) Cabo Verde Telecom (CVT)

O saldo à data do balanço decompõe-se como segue:

		mESC	
		2013	2012
Cobranças de facturas efectuadas por conta da CVT	(a)	37 183	28 787
Serviços de comunicação	(b)	5 097	736
		<u>42 280</u>	<u>29 523</u>

(a) Cobranças de facturas por conta da CVT

O saldo desta rubrica corresponde, ao valor das cobranças de facturas referentes, essencialmente, ao mês de Novembro e Dezembro de 2013, nos montantes de mESC 10 332 e mESC 29 203, respectivamente, líquido de mESC 2 243 relativos à comissão de 9% e 3% sobre cobranças a que a Sociedade tem direito.

Nos termos do Acordo de prestação de serviços assinado entre as partes em Março de 2000, as cobranças mensais efectuadas nas Estações informatizadas devem ser depositadas na conta bancária da CVT até ao dia 5 do mês seguinte ou, no caso das Estações não informatizadas, até ao dia 15.

(b) Serviços de comunicação

Compreendem, essencialmente, valores a pagar à CVT relativos a serviços de telefone e fax respeitantes, aos meses de Junho a Dezembro de 2013. Estes montantes são liquidados por encontro de contas entre as duas empresas.

(iv) Fundos CECV

Compreendem a fundos da Caixa Económica de Cabo Verde nas agências dos Correios de Cabo Verde (ver Nota 12).

**(v) Credores por pagamentos diferidos**

O saldo desta rubrica compreende encargos referentes ao exercício a liquidar no exercício seguinte, relacionados, essencialmente, com (ii) transporte de malas pelos TACV, no montante de mESC 1772 (2012: mESC 3 415) e (i) serviços de Auditoria e de Fiscal Único, no valor total de mESC 2 471 (2012: mESC 2 643).

(v) CTT - Portugal

Corresponde ao saldo remanescente de montantes debitados pelos CTT de Portugal, relacionados com um estudo no âmbito do projecto de informatização dos balcões.

(vi) Money Gram

Em 2013, representa o bónus da renovação do contrato no valor de 25.000 Euros e o adiantamento no valor de 50.000 Euros para fazer face aos pagamentos das transacções.

NOTA 20 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

O saldo resume-se como segue:

	mESC	
	2013	2012
Subsídios para investimentos (Doações)	9 136	11 820
Aluguer de caixas apartados a reconhecer em 2013	2 509	1 619
Outros	-	410
	<u>11 645</u>	<u>13 849</u>

Os subsídios para investimentos representam a contrapartida do custo dos activos fixos tangíveis doados à Sociedade pela UPU Internacional, no âmbito do Fundo de Melhoria Qualidade de Serviços (ver Nota 3), líquido das respectivas depreciações acumuladas. As depreciações do exercício dos bens doados ascenderam a mESC 2 685e encontram-se compensadas em Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 27).

**NOTA 21 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

	mESC	
	2013	2012
Vendas		
Embalagens	4 634	3 821
Produtos filatélicos	3 498	2 685
Cartões postais	733	794
Outros	932	1 172
	<u>9 797</u>	<u>8 472</u>
Prestação de serviços		
Receitas e encomendas postais	27 849	24 098
Comissões sobre cobranças de faturas	25 212	29 045
Express mail / E.M.S.	23 895	25 502
Prémios e quota parte	23 205	14 026
Selos e outros valores postais	22 741	25 130
Serviços prestados à FAIMO	20 093	20 446
Avenças cobradas	15 152	15 451
Vinhetas de encomendas	13 530	15 507
Receitas de caixas de apartado	13 363	8 425
Serviços prestados à CECV	8 694	8 277
Direitos terminais	8 235	7 843
Serviços de telecomunicações	4 878	5 916
Comissões sobre venda de produtos da CVT	2 871	1 677
Serviços prestados à FAMR	2 828	291
Serviços prestados à Direcção Geral das Alfândegas	2 118	2 041
Prémios de vales	1 846	2 677
Serviços TMO/EUROGIRO	1 832	5 862
Serviços prestados à Garantia	1 722	1 583
Receitas diversas vales (fax)	1 008	1 789
Outros	5 700	8 360
	<u>226 772</u>	<u>223 948</u>
	<u>236 569</u>	<u>232 420</u>

**NOTA 22 – GANHOS/PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS**

O saldo desta rubrica corresponde à quota-parte nos resultados líquidos das associadas, sendo (i) mESC 30 876 (2012: mESC 17 966) referentes a ganhos com a Caixa Económica de Cabo Verde (CECV) e (ii) mESC 24 065 (2012: mESC 36 204) referentes a perdas com o Novo Banco (ver Nota 6).

Os dividendos recebidos em 2012 da CECV ascenderam a mESC 17 206. Em 2013 não houve distribuição de dividendos, por deliberação do Banco Central.

NOTA 23 – SUBCONTRATOS

Os subcontratos compreendem os seguintes serviços prestados à Sociedade:

	mESC	
	2013	2012
Serviços postais	3 058	12 543
Serviços de telecomunicações	1 997	2 506
Outros	4 130	4 519
	<u>9 185</u>	<u>19 568</u>

A diminuição verificada nos Serviços postais traduz, essencialmente, as regularizações de estimativas de direitos terminais dos anos de 2011 e 2012, efetuadas em 2013.

NOTA 24 – GASTOS COM MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O saldo desta rubrica foi apurado como segue:

	mESC	
	2013	2012
Inventário inicial (ver Nota 9)	29 946	27 719
Compras	6 439	13 239
Inventário final (ver Nota 9)	<u>(24 322)</u>	<u>(29 946)</u>
	<u>12 063</u>	<u>11 011</u>

Este gasto corresponde, essencialmente, às vendas de embalagens, envelopes, selos e produtos filatélicos.

**NOTA 25 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Esta rubrica é composta como segue:

		<u>mESC</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>
Transporte de malas	(i)	12 126	12 433
Electricidade		8 618	8 096
Vigilância e segurança	(ii)	6 579	6 620
Comunicação	(iii)	5 877	6 339
Publicidade e propaganda	(iv)	4 864	475
Serviços diversos		4 703	3 715
Deslocações e estadias		4 011	1 801
Trabalhos especializados		3 651	2 318
Combustíveis		3 395	3 628
Conservação e reparação		2 959	3 494
Água		2 082	1 921
Honorários		1 186	1 635
Rendas e alugueres		837	1 055
Outros (inferiores a mESC 1 000)		<u>6 743</u>	<u>6 235</u>
		<u>67 629</u>	<u>59 765</u>

(i) Transporte de Malas

A diminuição verificada na rubrica de transportes de malas de correio é explicada essencialmente por um ligeiro abrandamento da actividade operacional ligado ao transporte de correspondências.

(ii) Vigilância e segurança

Incluem essencialmente gastos com as empresas Silmac (cerca de mESC 5000) e Sonasa (cerca de mESC 500) referentes à segurança efetuada nas instalações da Sociedade.

(iii) Comunicação

Inclui essencialmente gastos com telefone e internet dos serviços centrais e estações. A diminuição do saldo face ao ano anterior deve-se ao uso do serviço VOIP.

(iv) Publicidade e Propaganda

O aumento verificado nesta rubrica deve-se a várias campanhas para promover os serviços dos Correios e dos serviços da Money Gram.

**NOTAS 26 – GASTOS COM O PESSOAL**

	mESC	
	2013	2012
Ordenados e salários	151 861	157 979
Remunerações adicionais	39 181	37 641
Encargos sobre remunerações	27 764	27 886
Outras despesas com o pessoal	4 447	3 257
	<u>223 253</u>	<u>226 763</u>
Número médio de empregados	<u>212</u>	<u>212</u>

Os encargos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos com a previdência social, nos montantes de mESC 12 644 (2012: mESC 12 973), mESC 12 702 (2012: mESC 13 232) e mESC 3 916 (2012: mESC 3 916), respeitantes ao exercício de 2013 a pagar em 2014 (ver Nota 19) integram as rubricas de Ordenados e salários, Remunerações adicionais e Encargos sobre remunerações, respectivamente. A rubrica de Remunerações adicionais inclui ainda o montante de mESC 12 360 (2012: mESC 11 419), referente ao prémio de produtividade.

NOTA 27 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

	mESC	
	2013	2012
Rendas de propriedades de investimentos	15 494	15 402
Dividendos referentes a participações financeiras (ver Nota 6)	7 862	20 513
Diferenças de câmbios favoráveis	2 317	1 483
Compensação de amortizações dos bens do activo tangível, doados à Sociedade (ver Notas 1.2 e 20)	2 685	990
Ganhos com alienação de activos tangíveis (ver Nota 3)	1 440	-
Outros ganhos	378	412
	<u>30 176</u>	<u>38 800</u>

O aumento da rubrica compensação de amortizações dos bens do activo tangível deve-se aos equipamentos doados em 2012 pela UPU Internacional.

**NOTA 28 – OUTROS GASTOS E PERDAS**

Discriminam-se como segue:

	mESC	
	2013	2012
Impostos directos e indirectos	4 633	3 940
Quotizações obrigatórias	1 803	2 773
Donativos	15	1 088
Outros	1 004	1 543
	<u>7 456</u>	<u>9 343</u>

As quotizações compreendem, essencialmente, quotas anuais devidas à AICEP – Associação Internacional das Comunicações de Expressão Portuguesa (mESC 827) e UPU – União Postal Universal (mESC 976).

NOTA 29 – GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÕES E DE AMORTIZAÇÕES

O saldo de mESC 32 329 (2012: mESC 31 696) compreende mESC 31 803 (2012: mESC 31 307) de depreciação do exercício de ativos fixos tangíveis (ver Nota 3) e mESC 404 (2012: mESC 390) de depreciação de propriedades de investimentos (ver Nota 4) e 117 de depreciação de ativos intangíveis (ver Nota 5).

NOTA 30 – JUROS E GANHOS SIMILARES OBTIDOS

O saldo representa juros de depósitos a prazo (ver Nota 12).

NOTA 31 – IMPOSTO SOBRE RENDIMENTO

A conciliação do resultado contabilístico e do resultado fiscal resume-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado antes de impostos	(74 874)	(95 628)
A (deduzir)/ adicionar		
Dividendos recebidos - participações não valorizadas ao MEP	(7 862)	(20 513)
Aumento (diminuição) de justo valor em participações financeiras	4 261	1 454
Gastos (rendimentos) da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial	<u>(6 811)</u>	<u>18 239</u>
Resultado fiscal	<u>(85 286)</u>	<u>(96 448)</u>

Os efeitos resultantes da adoção do Método de Equivalência Patrimonial e do Justo valor na mensuração das participações financeiras, bem como os dividendos recebidos das participações valorizadas ao custo de aquisição não têm relevância fiscal.

Apesar do resultado fiscal negativo, não foram contabilizados os respectivos Impostos diferidos no montante de cerca de mESC 22 000 (2012: cerca de mESC 24 000) devido à imprevisibilidade da sua recuperação, na medida em que uma parte significativa dos



rendimentos da Sociedade não é sujeita a tributação. O valor do reporte fiscal acumulado ainda disponível para utilização totaliza o montante de cerca de mESC 290 000 e os respectivos Impostos Diferidos de cerca de mESC 74 000 não foram contabilizados devido ao acima referido.

NOTA 32 – RESULTADO POR ACÇÃO BÁSICO

O resultado básico por acção é calculado dividindo o lucro atribuível aos accionistas pelo número de acções, como segue.

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado atribuível aos accionistas (mESC)	(74 874)	(95 628)
Número de acções	<u>300 000</u>	<u>300 000</u>
Resultado por acção básico (ESC)	<u>(250)</u>	<u>(319)</u>

NOTA 33 – GARANTIAS

As Garantias prestadas pela Sociedade relacionam-se com financiamentos obtidos e encontram-se descritas na Nota 15.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

(i) Os principais saldos e transacções ocorridas em 2013 e 2012 entre a Sociedade e partes relacionadas sumarizam-se nos quadros seguintes (em mESC):

	<u>2013</u>				
	<u>Balço</u>			<u>Demonstração de resultados</u>	
	<u>Outras Contas a receber</u> (Ver Nota 7)	<u>Cientes</u> (ver Nota 10)	<u>Outras Contas a pagar</u> (ver Nota 19)	<u>Prestação de serviços</u> (Gastos) / Rendimentos	<u>Forn. e serv. externos</u>
Direcção Geral do Tesouro	11 722	9 417	154 453	23 908	-
Cabo Verde Telecom	1 866	1 697	42 280	28 878	(4 362)
Caixa Económica de Cabo Verde	4 100	2 526	-	8 694	-
Garantia	<u>3 471</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 722</u>	<u>-</u>
	<u>21 159</u>	<u>13 640</u>	<u>196 733</u>	<u>63 202</u>	<u>(4 362)</u>
	<u>2012</u>				
	<u>Balço</u>			<u>Demonstração de resultados</u>	
	<u>Outras Contas a receber</u> (Ver Nota 7)	<u>Cientes</u> (ver Nota 10)	<u>Outras Contas a pagar</u> (ver Nota 19)	<u>Prestação de serviços</u> (Gastos) / Rendimentos	<u>Forn. e serv. externos</u>
Direcção Geral do Tesouro	47 573	7 112	164 595	29 522	-
Cabo Verde Telecom	404	241	29 523	35 913	(6 354)
Caixa Económica de Cabo Verde	4 045	2 057	-	12 208	-
Garantia	<u>3 222</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 583</u>	<u>-</u>
	<u>55 244</u>	<u>9 410</u>	<u>29 523</u>	<u>79 226</u>	<u>(6 354)</u>

(ii) Não existem transacções com os Administradores.

(iii) As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 10254 (2012: mESC 9 312, tendo ainda sido atribuído subsídio natal, no valor de mESC 730).

**NOTA 35 – OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME DE ACRÉSCIMO**

	mESC	
	2013	2012
Acréscimos de gastos		
Acréscimos por férias (ver Nota 19)	31 048	30 207
Credores por pagamentos diferidos (ver Nota 19 (iv))	5 635	6 058
Outros credores por pagamentos diferidos (ver Nota 7 (iii))	10 638	10 948
	<u>47 321</u>	<u>47 213</u>
Acréscimos de rendimentos		
Outros devedores por pagamentos diferidos (ver Nota 7 (iii))	11 303	10 792
Juros de depósitos a prazo (ver Nota 7 (xii))	3 409	2 992
Rendas de espaços (ver Nota 7 xiii)	2 354	2 900
	<u>17 066</u>	<u>16 684</u>
Diferimentos de rendimentos		
Subsídios para investimentos (ver Nota 20)	9 136	11 820
Aluguer de caixas apartados (ver Nota 20)	2 509	1 619
Outros (ver Nota 20)	-	410
	<u>11 645</u>	<u>13 849</u>
Diferimentos de gastos		
Seguros e outros	<u>326</u>	<u>329</u>

NOTA 36 – CONTINGÊNCIAS

Além das referidas nas Notas anteriores, não são do conhecimento da Sociedade outras situações que possam gerar custos futuros e que como tal devessem ser provisionados ou relatadas.

NOTA 37 – RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS FINANCEIROS NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Não existem responsabilidades e compromissos de valor significativo não incluídos no balanço.

NOTA 38 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não existem divulgações exigidas por diplomas legais a divulgar.

NOTA 39 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as demonstrações financeiras apresentadas.

- : - : - : - : - : - : - : - : - : - : -